



UFRR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS COMPARADOS DA AMAZÔNIA E DO CARIBE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DA AMAZÔNIA

TÉRCIO ARAÚJO DA SILVA NETO

**CICLOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
EM RORAIMA**

Boa Vista, RR
2016

TÉRCIO ARAÚJO DA SILVA NETO

**CICLOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
EM RORAIMA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia, da Universidade Federal de Roraima, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional da Amazônia.

Orientador: Professor Dr. Elói Martins Senhoras

Boa Vista, RR
2016

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

S586c Silva Neto, Tércio Araújo da.

Ciclos políticos e econômicos de desenvolvimento regional em Roraima / Tércio Araújo da Silva Neto. -- Boa Vista, 2016.
108 f : il.

Orientador: Prof. Dr. Elói Martins Senhoras.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia.

1 - . Amazônia. 2 - Ciclos de longa duração. 3 – Desenvolvimento regional. 4 – Desenvolvimento econômico. I – Título. II. – Senhoras, Elói Martins (orientador).

CDU- 338.1

TÉRCIO ARAÚJO DA SILVA NETO

**CICLOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
EM RORAIMA**

Projeto para exame de qualificação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional da Amazônia. Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas. Defendida em 14 de janeiro de 2016 e avaliada pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

Orientador / Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia - UFRR

Prof^a. Dr^a. Vângela Maria Isodoro de Moraes
Curso de Comunicação Social – UFRR

Prof. Dr. Haroldo Eurico Amoras dos Santos
Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia – UFRR

Prof^a. Dr^a. Geysa Alves Pimentel
Curso de Ciências Sociais – UFRR

Dedico este trabalho aos meus familiares e amigos, em especial a minha mãe, meu irmão e meu saudoso pai. Também ao meu orientador Elói Martins Senhoras pelo desprendimento, ensinamentos, amizade, tempo e extrema paciência dedicada. Ofereço esta obra ao professor e amigo Dr.º Haroldo Eurico Amoras dos Santos, obrigado.

Aos amigos de infância e aos de sempre, também aos colegas de trabalho que apoiaram no desenvolvimento dessa pesquisa, aos mestres e economistas e a todos àqueles que me deram apoio de forma direta e indireta, desde o início do pré-projeto de pesquisa à apresentação final da dissertação, em especial a Cássia Andrade, pela paciência, cumplicidade, amor e parceria.

Aos mestres e amigos da Universidade Federal de Roraima, em especial aos do Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe (NECAR) pelas valiosas instruções passadas ao longo de dois anos no Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores pela força, fé e ensinamentos. Foram pouco mais de dois anos de Mestrado, muitas pessoas fizeram parte desse resultado, que aqui relembro:

Aos meus pais, Maria Auxiliadora Pereira da Silva e Tércio Araújo da Silva Júnior, por tudo que tenho hoje; e a meu irmão, Giorgio Michael Araújo da Silva pela amizade e parceria. Obrigada, Deus, por tê-los em minha vida, e por muito me ajudarem. Aos meus demais familiares e amigos pela companhia e momentos.

Ao meu orientador, prof. Dr. Elói Martins Senhoras, pela confiança e disposição no desenvolvimento deste trabalho, por acreditar neste trabalho e pelas propostas apresentadas no intuito de melhorá-lo. Obrigado por suas orientações, conhecimentos, 'broncas' e ensinamentos, mas também pela paciência desprendida nesse estudo nos últimos meses.

Aos amigos, em especial ao Dr.^o Haroldo Amoras pela ajuda e solicitude, e aos imprescindíveis Milton Nascimento, Fábio Martinez, Natalino Paiva e Márcio Azevedo, pelo apoio na tabulação de dados, construção de tabelas e fornecimento de informações para este trabalho, sempre auxiliaram quando necessitei. Ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento (Seplan) por ceder informações para esta pesquisa.

Agradeço, ainda, à Universidade Federal de Roraima, em especial ao Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe (NECAR), pela oportunidade em colaborar com a construção desse trabalho através do conhecimento nas disciplinas oferecidas e, também, pelo incentivo à pesquisa. Obrigada a todos os docentes.

Aos parceiros do Programa de Mestrado de Desenvolvimento Regional da Amazônia, pelo incentivo e apoio no desenvolvimento da pesquisa, bem como aos que contribuíram de forma direta e indireta, pelas experiências compartilhadas durante o trabalho de campo. Agradeço em especial aos amigos Jucy, Paloma e Diego pelo apoio, muito obrigado.

Agradeço a coordenadora do Portal G1 da Globo em Roraima, Emily Melo, pela sensibilidade e cedência de tempo a este orientando na construção deste trabalho. Também agradeço aos demais colegas pela compreensão e parceria.

Muito obrigado!

RESUMO

O campo de desenvolvimento regional trata-se de um ramo nos estudos científicos que se alicerça na multidisciplinaridade para analisar os fenômenos em uma elástica escala espacial que é a região, o que repercute em pesquisas caracterizadas por diferentes objetivos, distintas metalinguagens e um claro pluralismo teórico-metodológico. É nesse contexto que se insere a presente pesquisa, cujo objetivo fundamenta-se na análise dos padrões de desenvolvimento regional exógeno e endógeno em Roraima, por meio da caracterização dos ciclos econômicos e políticos segundo a identificação das principais forças profundas estruturais na formação territorial regional na longa duração. A fim de se atingir o presente objetivo, a dissertação foi construída com base em um procedimento metodológico classificado como exploratório, descritivo e explicativo quanto aos fins e como quali-quantitativo quanto aos meios em razão das técnicas utilizadas de revisão bibliográfica em fontes secundárias presentes em textos científicos e jornalísticos, bem como de elaboração de gráficos e mapas obtidos em fontes primárias de natureza estatística e documental. O estudo buscou delimitar subsídios teóricos à dissertação, tomando como referências as contribuições do campo científico de desenvolvimento regional à luz de um olhar multidisciplinar que possibilitou apreender as distintas espacializações concentradoras de campos de poder e as diferentes periodizações históricas que foram consubstanciadas em específicos ciclos estruturais de desenvolvimento regional nos territórios de Roraima. Com base nestas discussões, a presente dissertação fornece subsídios para um aprofundamento dos estudos de desenvolvimento na Amazônia, fundamentando-se na caracterização estrutural das principais forças de longa duração que impactaram na cristalização de quatro padrões de ciclos econômicos e em três padrões de ciclos políticos nos territórios de Roraima.

Palavras-chave: Amazônia; ciclos de longa duração; desenvolvimento regional; desenvolvimento econômico; desenvolvimento político; Roraima.

ABSTRACT

Characterized by different goals, different meta-languages and a clear theoretical and methodological pluralism, regional development field has been a branch of scientific studies based on a multidisciplinary approach that analyzes the existing phenomena in the elastic spatial scale identified by the concept of region. Taking for reference the regional development studies this research aims to analyze the exogenous and endogenous regional development patterns in Roraima through a characterization of the economic and political cycles according to the identification of the main structural deep forces in the regional territorial formation in the long term. This dissertation has been designed based on a methodological procedure classified as exploratory, descriptive and explanatory according to the purposes and as quali-quantitative according to the instruments used such as literature review on secondary data sources from scientific and journalistic texts as well as graphing and mapping from primary sources of statistical and documentary nature. The study sought to define theoretical subsidies to the research taking for granted the contributions of the scientific field of Regional Development in the light of a multidisciplinary analysis that qualified the fields of power concentrated on different specializations as well as the different historical periodizations embodied in specific structural cycles of regional development in the territories of Roraima. This thesis provides subsidies for the maturation of regional development studies in the Amazon based on the structural characterization of the main long-term forces that have impacted on the crystallization of four patterns of business cycles and three patterns of political cycles in the territories of Roraima.

Keywords: Amazon; long term cycles; regional development; economic development; political development; Roraima.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Problema, hipóteses, tese e objetivos

Figura 2 - Dimensões do desenvolvimento regional

Figura 3 - Quadrilátero de teorização em desenvolvimento regional

Figura 4 - Formação histórica da conquista do Vale do Rio Branco

Figura 5 - Sistema hidrográfico de Roraima

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Distribuição de cursos de mestrado em desenvolvimento regional no Brasil

Mapa 2 - Regionalizações de Roraima

Mapa 3 - Perfil municipal roraimense quanto à origem política de prefeitos (1988-2015)

Mapa 4 - Evolução política de Roraima

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Enfoque dos cursos de desenvolvimento regional. Área: Planejamento Regional e Urbano

Quadro 2 - Enfoque dos cursos de desenvolvimento regional. Áreas: Administração, Ciências Ambientais, Direito, Economia, Interdisciplinar e Serviço Social

Quadro 3 - Enfoque do Mestrado em Desenvolvimento Regional do NECAR/UFRR

Quadro 4 - Missões portuguesas no Rio Branco no século XVIII

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Governadores do Território Federal do Rio Branco/Roraima

Tabela 2 - Governadores do Estado de Roraima

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quadros temáticos sobre campo de Desenvolvimento Regional no Brasil

Gráfico 2 - Roraima no contexto regional da Amazônia Legal (% territorial)

Gráfico 3 - Renda por atividade econômica em Roraima

Gráfico 4 - Valor adicionado bruto por setores econômicos

Gráfico 5 - Crescimento na economia do contracheque roraimense

Gráfico 6 - Dimensionamento do programa Bolsa Família em Roraima

Gráfico 7 - Distribuição setorial do PIB roraimense

Gráfico 8 - Transferências federais nos municípios do interior

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1 - Concepção sobre desenvolvimento regional no Brasil

LISTA DE SIGLAS

ALC – Área de Livre Comércio

APLs – Arranjos Produtivos Locais

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

DINTERs – Doutorado Interinstitucional

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FIER – Federação das Indústrias do Estado de Roraima

FLACSO – Faculdade latino-Americana de Ciências Sociais

FPE – Fundos de Participação dos Estados e Distrito Federal

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

ISS – Imposto sobre serviços de qualquer natureza

MINTERs – Mestrado Interinstitucional

NECAR – Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe

OTCA – Organização do Tratado de Cooperação da Amazônia

PPGDRA – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia

PRPPG – Pró-Reitoria de pesquisas e Pós-Graduação

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio as Pequenas e Micros Empresas

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus

TCA – Tratado de Cooperação da Amazônia

UEA – Universidade Estadual do Amazonas

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRR – Universidade Federal de Roraima

UNB – Universidade de Brasília

UNIDERP – Universidade para o Desenvolvimento do Estado e Região do Pantanal

UNIFACs – Universidade de Salvador

UNIJUÍ – Universidade Regional de Ijuí

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

UNIR – Universidade Federal de Rondônia

UNITAU – Universidade de Taubaté

ZPE – Zona de Processamento de Exportação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1	26
Marcos de teorização sobre o desenvolvimento regional em Roraima	26
1. Campo de estudos em desenvolvimento regional no Brasil	30
1.1 Campo de estudos em desenvolvimento regional em Roraima	36
2 – Roraima como objeto de estudos em desenvolvimento regional.....	38
2.1 Marcos teóricos do estudo de desenvolvimento regional de Roraima.....	44
CAPITULO 2	49
Ciclos políticos de desenvolvimento regional em Roraima	49
1. Ciclos estruturais de desenvolvimento político em Roraima.....	53
1.1. Primeiro ciclo político: patrimonialismo político	54
1.2. Segundo ciclo político: clientelismo político	56
1.3 Terceiro ciclo político: hibridismo político.....	60
CAPITULO 3	69
Ciclos econômicos de desenvolvimento regional em Roraima	69
1. Ciclos Econômicos em Roraima	71
1.1 Primeiro Ciclo: Economia do aprisionamento indígena, da salga e das drogas do sertão no Vale do Rio Branco.....	72
1.2 Segundo ciclo: Pecuária nos lavrados centrais	78
1.3 Terceiro ciclo: Mineração nas serras dos territórios setentrionais.....	81
1.4 Quarto ciclo: A econômica do contra cheque em Roraima.....	85
CONCLUSÃO	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Desenvolvimento é um termo complexo utilizado por um rol amplo de campos científicos cuja polissemia conceitual converge para explicar o sentido de progresso, mudança ou melhoria qualitativa em contextos espaciais e temporais determinados pela presença de diferentes forças físicas ou humanas de natureza endógena ou exógena dos sistemas.

Por ser plural, multidimensional e congruente a outros conceitos, o desenvolvimento representa um fenômeno teórico e empírico que inclui uma diversidade de fatores de influência, razão pela qual a presente dissertação partiu de um recorte identificado pelo campo científico de estudos de Desenvolvimento Regional.

Fundamentada no campo científico dos estudos de Desenvolvimento Regional que nasceu na década de 1950 em um contexto de reconstrução e industrialização após a II Guerra Mundial, a presente dissertação foi construída por meio de uma leitura multidisciplinar que visa analisar os ciclos de desenvolvimento regional em Roraima, à luz das suas principais forças econômicas e políticas.

Com base nesta leitura multidisciplinar, a pesquisa pretende, tanto, mostrar a maturação evolutiva e relevância do campo científico de Desenvolvimento Regional, quanto, identificar as especificidades existentes nos ciclos de Desenvolvimento Regional em Roraima entre os séculos XVII e XXI a fim de demonstrar que o processo desenvolvimentista é heterogêneo, pois se materializa de maneira diferente no tempo e em distintos espaços regionais em função da conformação de determinados ciclos econômicos e políticos de longa duração.

A presente dissertação de mestrado está fundamentada em uma agenda de pesquisa construída no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia (PPG-DRA), da Universidade Federal de Roraima, que tomou como ponto de partida um fluxograma de fundamentações que se estruturam sequencialmente a partir, de um lado, da identificação de uma série de justificativas, e, de outro lado, da delimitação de um problema-alvo.

Em razão da complexidade e do número amplo de razões que fundamentaram a construção da presente pesquisa de mestrado, apenas três

justificativas foram selecionados como as pilastras-mestres, justamente em razão de identificarem argumentos de relevância para a pesquisa a partir de distintas óticas.

É com base na identificação de complementares argumentos para o desenvolvimento do estudo que a presente dissertação de mestrado tomou como referência um perfil triparte de justificativas específicas que são hierarquicamente caracterizadas pelas naturezas fenomenológica, científica e profissional.

A justificativa fenomenológica é identificada pela relevância empírica de Roraima como laboratório em que incidiram estratégias espontâneas e planejadas de intervenção que repercutiram na conformação de distintos padrões de desenvolvimento regional, razão pela qual se faz necessário um estudo que leve em consideração a identificação de uma periodização dos principais ciclos de desenvolvimento regional e a caracterização das dinâmicas de longa duração.

A justificativa científica para a construção desta pesquisa está fundamentada na emergência relativamente recente de estudos de desenvolvimento regional em Roraima em função da consolidação de iniciativas de ensino, pesquisa e extensão do Núcleo Comparado de Estudos Amazônicos e Caribenhos (NECAR), motivo pelo qual a presente dissertação vem corroborar com contribuições ao seu Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia (PPG-DRA), respectivamente na linha de pesquisa “Desenvolvimento Regional e Urbano e Políticas Públicas”, contribuindo, assim, para preencher as lacunas existentes na academia por meio de um esforço de proposição, análise e síntese sobre os ciclos de desenvolvimento regional em Roraima.

A justificativa profissional para a pesquisa é alicerçada nos interesses do próprio pesquisador, o qual em sua formação como servidor público e jornalista em Roraima sempre esteve direta ou indiretamente ligado à cobertura de temas econômicos e políticos ligados ao desenvolvimento regional do estado, o que o motivou a pesquisar as forças profundas que repercutem na abertura e fechamento dos raios de manobra do desenvolvimento roraimense em razão da cristalização de rugosidades estruturais advindas de ciclos anteriores de desenvolvimento regional.

As três justificativas articuladas entre si reforçam a necessidade de estudos na área de desenvolvimento regional em Roraima, pois demonstram que desde demandas acadêmicas a populares ou mesmo desde microfundamentações individuais a macrofundamentações coletivas, a realidade empírica do desenvolvimento regional em Roraima ainda é caracterizada como uma caixa preta que deve ser aberta, desbravada, e, compreendida em detalhes a fim de se pensar a construção do próprio futuro do estado.

A fim de responder ao problema estruturado na forma de pergunta, a pesquisa propôs duas iniciais de trabalho que se articulam entre si hipóteses para conformar uma tese, a qual por sua vez é sistematicamente defendida ao longo da dissertação por meio da demarcação de um objetivo geral e de correspondentes objetivos específicos.

Como *problema de pesquisa*, a dissertação tomou como referência, para estruturar o trabalho, o seguinte questionamento: Houve mudanças nas características do desenvolvimento regional na transformação do Território Federal de Roraima em estado?

Findando responder ao questionamento do problema sobre o desenvolvimento regional em Roraima, a dissertação foi estruturada segundo uma lógica dedutiva por meio da identificação de duas *hipóteses* complementares e que são inter-relacionadas entre si, justamente em função da primeira partir de marcos teórico-conceituais e a segunda de marcos empíricos.

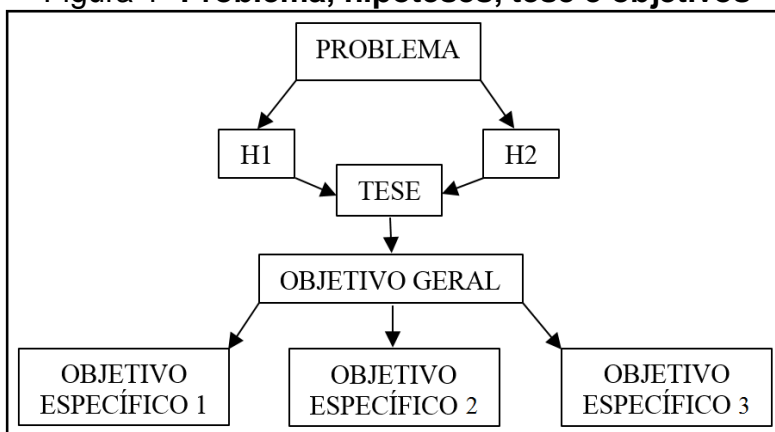
A hipótese 1 (H1), considerada variável independente, fundamenta seu argumento na compreensão de que o desenvolvimento regional pode ser compreendido a partir de, tanto, uma dinâmica exógena em função da maior projeção de forças verticais de fora para dentro do território, quanto, de uma dinâmica endógena articulada pela projeção de forças horizontais nativas com um sentido de dentro para fora, dinâmicas estas que acabam cristalizando forças profundas ou características estruturais ao longo de ciclos de periodização.

A hipótese 2 (H2), considerada variável dependente, em relação à primeira hipótese, fundamenta-se no estudo empírico para demonstrar que a noção predominante de desenvolvimento regional em Roraima assenta-se em

uma lógica alienígena, conformada pela predominância de um padrão de desenvolvimento exógeno em que as forças verticais, de fora para dentro, acabam definindo os padrões estruturais de desenvolvimento histórico ou limitação ao desenvolvimento em distintos ciclos econômicos e políticos de longa duração.

Quando combinadas as hipóteses 1 e 2, elas fundamentam a conformação da *tese de pesquisa* de que os ciclos de desenvolvimento regional em Roraima historicamente foram consolidados pela força profunda das dinâmicas alienígenas manifestadas por forças verticais de natureza política e econômica, razão pela qual a transformação do Território Federal em Estado não mudou as forças profundas da dinâmica do desenvolvimento regional, mas apenas as características de um novo ciclo permeado por novos atores e espaços regionais de ação.

Figura 1- **Problema, hipóteses, tese e objetivos**



Fonte: Elaboração do autor.

Derivando-se da tese supracitada, os *objetivos* da pesquisa foram delineados por meio da identificação de uma premissa geral para estruturação metodológica, teórica e discursiva da discussão, bem como de três premissas específicas que subsidiaram a construção de cada um dos capítulos da dissertação.

Entre os objetivos do texto não se focaliza necessariamente a produção de um novo conhecimento, mas antes se objetiva discutir aquilo que é preciso conhecer dentro de uma roupagem que sistematize uma série de informações até então pulverizadas.

O objetivo geral da dissertação é analisar o campo científico de Desenvolvimento Regional e os padrões de desenvolvimento regional cristalizados em Roraima à luz de um estudo dos ciclos estruturais de longa duração, conformados por forças econômicas e políticas.

O primeiro objetivo específico da pesquisa foi analisar o campo científico de Desenvolvimento Regional a partir de uma periodização de sua evolução histórica e do mapeamento de suas características internacionais, no Brasil e em Roraima, a fim de identificar os marcos mais adequados de teorização que tomem Roraima como objeto de estudo.

O segundo objetivo específico é analisar os ciclos políticos de desenvolvimento regional em Roraima na longa duração, cujo espectro de periodização parte da colonização portuguesa e chega até a transformação de Roraima em estado, fundamentando-se em estudos clássicos da historiografia brasileira e da sociologia brasileira, a fim de identificar os principais padrões políticos cristalizados na cultura política roraimense.

O terceiro objetivo específico da pesquisa é analisar os ciclos econômicos de desenvolvimento regional em Roraima, fundamentando-se em uma leitura da historiografia econômica brasileira para identificar as características e os principais padrões de acumulação econômica no atual território roraimense.

Com base nestes objetivos, a presente dissertação de mestrado foi construída por meio de um *recorte metodológico* de pesquisa que em sua instrumentalização é compreendido, tanto, pela natureza de sua finalidade e dos meios utilizados na coleta de dados, quanto, pela natureza dos procedimentos técnicos metodológicos utilizados na análise dos dados.

Quanto aos fins, o recorte metodológico da pesquisa pode ser classificado pela natureza exploratória, descritiva e explicativa, pois se fundamenta na análise do desenvolvimento regional em Roraima e na caracterização teórica e empírica de seus ciclos de estruturação política e econômica ao longo do tempo.

Quanto aos meios, o recorte metodológico é caracterizado como qualitativo à medida que a pesquisa coleta um perfil de dados e informações que será analisado por meio da combinação de métodos mistos a fim de

valorizar a riqueza existente na complementaridade analítica dos enfoques subjetivo e objetivo.

Este recorte quali-quantitativo da pesquisa foi desenvolvido por meio do uso do método histórico-dedutivo, partindo não de pressupostos pré-estabelecidos, mas da observação fática, ao generalizar determinados conhecimentos com base na observação da realidade histórica sincrônica e assincrônica que é complexa e mutável (BRESSER-PEREIRA, 2009).

Por um lado, as macro-técnicas utilizadas na pesquisa são identificadas pelos procedimentos técnico-metodológicos complementares de *revisão integrativa* de informações sobre cursos de pós-graduação stricto sensu em Desenvolvimento Regional no Brasil e de *revisão bibliográfica e documental* sobre assuntos de temas de desenvolvimento regional em Roraima.

Por outro lado, as micro-técnicas empregadas na dissertação se alicerçam, tanto, no procedimento de elaboração de tabelas e gráficos com base no *software Excel*, quanto, procedimento de elaboração cartográfica por meio do uso do *software ArcGis*, justamente a fim de subsidiar com objetividade a interpretação de dados utilizados pelas macro-técnicas.

Os materiais utilizados na pesquisa foram levantados fisicamente em trabalho de campo em diferentes bibliotecas do estado de Roraima e eletronicamente por meio da plataforma *Google Scholar*, sendo caracterizados como dados primários (documentos, legislações e estatísticas) e dados secundários (livros, periódicos, jornais e trabalhos de conclusão de cursos de graduação e pós-graduação).

Com base nestes materiais e métodos, a pesquisa foi estruturada por meio de uma lógica dedutiva que partiu de marcos de abstração teórica e metodológica até se chegar ao estudo de caso sobre os ciclos políticos e econômicos de desenvolvimento regional em Roraima, o que repercutiu na construção de uma discussão presente em três capítulos articulados entre si, incluídas as seções de introdução e conclusão.

No primeiro capítulo, “Marcos de teorização sobre o desenvolvimento regional em Roraima”, a dissertação apresenta uma revisão integrativa de dados combinada a revisão bibliográfica e documental para analisar o campo científico de desenvolvimento regional e, por conseguinte posicionar Roraima como objeto de estudos em desenvolvimento regional.

No segundo capítulo, “Ciclos políticos de desenvolvimento regional em Roraima”, o desenvolvimento regional de uma formação sociopolítica roraimense é apresentado por meio da caracterização das principais forças políticas e da identificação de três ciclos políticos de longa duração estruturados pela cristalização de padrões específicos de funcionamento dos sistemas políticos entre os séculos XVII e XXI.

No terceiro capítulo, “Ciclos econômicos de desenvolvimento regional em Roraima”, a dissertação abordou as características das principais forças econômicas responsáveis pela conformação evolutiva de quatro ciclos econômicos de longa duração identificados em suas especificidades pelos diferentes padrões de periodização e espacialização regional.

Por fim, as últimas considerações são tecidas à guisa de conclusão findando, tanto, sintetizar os principais debates e resultados identificados com o desenvolvimento desta pesquisa, quanto, apontar uma agenda sugestiva para eventuais outras pesquisas que venham tomar a presente dissertação como ponto de partida.

CAPÍTULO 1

Marcos de teorização sobre o desenvolvimento regional em Roraima

MARCOS DE TEORIZAÇÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM RORAIMA

A identificação de surgimento de um campo científico autônomo, auto-referenciado e focados em estudos de desenvolvimento regional somente acontece tardiamente em meados do século XX como reflexo das transformações materiais ocorridas, em especial, após a II Guerra Mundial, tanto, na Europa e nos Estados Unidos, quanto na América Latina e no Leste Asiático.

É a partir da década de 1950 que os estudos de Desenvolvimento Regional passam a conformar um verdadeiro campo científico¹, haja vista que surge uma preocupação com o planejamento e uma série de pesquisadores estabeleceram identidades científicas por meio de teorizações e metodologias que conformaram uma metalinguagem própria em diferentes continentes.

Nas décadas de 1950 a 1970, em um contexto de difusão do paradigma de intervencionismo keynesiano de Estado, surgiram as principais teorizações na Europa e nos Estados Unidos sobre planejamento e desenvolvimento regional com base em modelos economicistas, os quais em sua maioria foram lidos como padrões de desenvolvimento regional exógeno.

É neste momento que as teorizações com foco intranacional sobre desenvolvimento desigual (MYRDAL, 1957) e polos de desenvolvimento regional (1950) ou com focos internacionais sobre economia da base exportadora (NORTH, 1955) e integração regional (HAAS, 1950) despontam como as vertentes mais destacadas para se pensar o planejamento e o desenvolvimento regional na Europa e Estados Unidos.

Com a rápida difusão de novas teorias que versavam sobre o desenvolvimento regional na Europa e nos Estados Unidos, contribuições nativas passaram a ser construídas por países que passaram por estratégias de industrialização por substituição de importação, tanto, na América Latina, com a teoria estruturalista de intelectuais ligados à CEPAL - Comissão

¹ “Um campo científico tem sido tradicionalmente entendido como qualquer segmento relativamente autônomo dotado de lógica própria; domínio auto-contido e auto-referido de atividades, onde os pesquisadores se conhecem e se reconhecem mutuamente, interagem de acordo com as posições que ocupam, mantendo entre si relações de cooperação e concorrência com vistas ao desenvolvimento teórico” (SENHORAS, 2015, p. 34).

Econômica para a América Latina (PREBISCH, 1949; FURTADO, 1959) e a teoria da dependência (CARDOSO; FALLETO, 1967), quanto, no Leste Asiático, com a teoria dos gansos voadores (AKAMATSU, 1962).

Frente a expansão mundial de distintas correntes teóricas sobre desenvolvimento regional no pós II Guerra Mundial, o ano de 1965 tornou-se o marco de convergência destes debates por meio do surgimento de uma rede internacional de pesquisa no campo de Desenvolvimento Regional, identificada pelo nome de *Regional Studies Association*, que no ano de 2015 veio a completar 50 anos de atividade.

Nas décadas de 1980 a 1990, com a reversão do paradigma keynesiano em razão da emergência do paradigma liberal, os estudos de desenvolvimento regional na Europa e nos Estados Unidos passaram por uma implosão que resultou em uma nova roupagem, com modelos humanísticos de influência principalmente institucionalista, identificados por teorizações de desenvolvimento regional endógeno.

Desde então, os estudos de desenvolvimento regional revertem o pêndulo intervencionista do keynesianismo entre as décadas de 1950 e 1970 em direção a uma concepção liberal e localista, revalorizando os primeiros estudos regionais entre as décadas de 1920 e 1930, agora se fundamentando em análises neoinstitucionais (baseadas em discursos pluralistas de valorização histórica, cultural e social do espaço e do capital humano) e da nova geografia econômica (FUJITA; KRUGMAN; VENABLES, 1999).

Nas décadas de 2000 a 2010, mesmo recebendo as influências teóricas do campo de desenvolvimento regional nos processos de *polymaking* desde a década de 1950, o Brasil passa pela emergência de um processo diacrônico de construção nacional deste campo científico em razão do surgimento dos primeiros programas de mestrado, os quais passaram a fazer releituras das teorias e modelos de desenvolvimento exógeno e de desenvolvimento endógeno.

A concepção sintética de desenvolvimento regional no campo científico autônomo e autorreferente que tem sido construído nas últimas duas décadas, com base em uma leitura das dissertações e teses produzidas é apreendida a partir de uma leitura elástica da escala regional, que parte do local e chega ao internacional, na qual co-existem forças de planejamento e desenvolvimento

regional fundamentadas em perspectivas endógenas (localistas) e exógenas (centralistas).

Esquema 1 - **Concepção sobre desenvolvimento regional no Brasil**

	<i>Desenvolvimento Exógeno</i>	<i>Desenvolvimento Endógeno</i>
Foco	Economicista	Humanista
Ótica	Macroespacial	Microespacial
Enfoque espacial	Regional	Local
Tipo de processo	Funcional	neoinstitucional
Conceito-chave	Infra-estrutura de fluxos	Capital social
Papel do Estado	Presente	Presente

Fonte: SENHORAS; CAVALCANTE (2015).

De um lado, as teorizações identificadas pelo padrão de desenvolvimento regional exógeno estão relacionadas a discussões sobre forças dinâmicas de verticalidades que incidem em determinada escala regional de fora para dentro, para a promoção de estratégias funcionais de crescimento com base em modelos externos às localidades-alvo de implementação.

A lógica do desenvolvimento exógeno apresenta-se tecnocrata, pois se refere a um padrão de desenvolvimento externamente planejado que se fundamenta em um enfoque minimalista de estratégias de crescimento econômico, cuja implementação se materializa por meio de polos ou bases econômicas capazes de criarem efeitos de arrasto ou *linkages* no território (SENHORAS; CAVALCANTE, 2014).

De outro lado, as teorizações sobre desenvolvimento regional endógeno apresentam discussões relacionadas a forças horizontais que são articuladas genuinamente segundo uma lógica absorvente e inovativa de dentro para fora capitalizada por meio de um núcleo duro de instituições, de capital social e de capital humano construído em determinada escala regional na longa duração.

Conforme Senhoras e Cavalcante (2014), as teorias de desenvolvimento regional endógeno valorizam o papel da história, da cultura e das instituições em determinada região em função da capacidade destas promoverem escalas

de aglomeração por meio de estratégias de articulação territorial, conformação de redes e Arranjos Produtivos Locais (APLs).

A noção sintética e dual de desenvolvimento regional apresentada no Brasil, com base nas influências de teorizações difundidas na Europa e nos Estados Unidos desde a década de 1950, aponta que ambos os formatos de teorização endógena e exógena, antes de serem antagônicos, demonstram que são parciais e, portanto, complementares, à medida que permitem visualizar lógicas específicas de uma totalidade complexa, que é o campo científico de desenvolvimento regional.

1. Campo de estudos em desenvolvimento regional no Brasil

O campo de estudos em desenvolvimento regional existente no país é conformado por pesquisas concentradas em grupos de pesquisa específicos e em programas de pós-graduação em desenvolvimento regional, os quais são caracterizados por diferentes enfoques conforme o sistema de classificação de áreas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Em um contexto de inexistência de cursos de graduação na área de desenvolvimento regional, o campo de estudos em desenvolvimento regional encontra-se em um claro contexto de construção, haja vista que os primeiros cursos de pós-graduação *stricto sensu* surgiram apenas na década de 2000, sendo que os primeiros cursos de mestrado iniciaram suas atividades na Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e na Universidade de Salvador (UNIFACS) no ano de 1999.

A expansão dos cursos de pós-graduação em Desenvolvimento Regional no Brasil pode ser apreendida por três impulsos distintos em termos de enfoque nos modelos e estruturação: a) Enfoque na área de Planejamento Regional e Urbano; b) Enfoque nas áreas Interdisciplinar e de Ciências Ambientais; c) Outros enfoques.

Em um primeiro plano, o modelo de estruturação de um curso de pós-graduação *stricto sensu* em Desenvolvimento Regional, focalizado na área de planejamento urbano e regional, foi inaugurado no sul do país na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e na Universidade Regional de Ijuí

(UNIJUÍ) em 2002, tornando-se na principal tendência difundida no país, razão pela qual em 2015, totaliza 57% do universo total dos cursos.

Em segundo lugar, os modelos focalizados nas áreas, interdisciplinar e de ciências ambientais, são identificados como a segundo maior tendência dinâmica com representação de 14% e 13% dentro do universo total de cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Desenvolvimento Regional, haja vista o respectivo esforço pioneiro da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), em 1999, e da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e Região do Pantanal (UNIDERP), no ano de 2002.

Em terceiro lugar, os modelos de estruturação dos cursos de Desenvolvimento Regional, implementados, de maneira descentralizada, são característicos a partir da década de 2010, quando, começam a surgir programas com enfoques específicos dentro das áreas de Economia, Direito, Administração e Serviço Social, o que os confere representação de 16% no universo total no Brasil.

A partir de uma revisão sistemática e integrativa de informações sobre os programas de mestrado em desenvolvimento regional em funcionamento no país, construída com base em dados sobre áreas de concentração e perfil dos docentes, discente e publicações, obtidos na plataforma Sucupira e no próprio portal eletrônico dos programas, foi possível construir duas tabelas comparativas sobre os enfoques existentes nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil.

A despeito da distinção dos modelos dos cursos quanto à origem, observa-se em geral uma característica de diálogo entre eles que reside na concentração de foco para a discussão de temas de políticas públicas na grande maioria dos programas de mestrado e doutorado em Desenvolvimento Regional no país.

No caso dos programas de mestrado e doutorado credenciados na CAPES, na área de planejamento regional e urbano, existe a constituição de um perfil de campo científico em Desenvolvimento Regional que está concentrado na região Sul e de maneira decrescente de importância em apenas seis eixos comuns de enfoque (Políticas Públicas; Gestão; Economia; Meio Ambiente; Agronegócio; e, finalmente, Geografia), embora,

marginalmente sejam identificados enfoques específicos em alguns cursos com base em temas de Educação, Turismo e Relações Internacionais.

Quadro 1 – Enfoque dos cursos de desenvolvimento regional. Área: Planejamento regional e urbano

REGIÕES	Norte			Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste			Sul						
ENFOQUES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
Políticas Públicas	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
Gestão	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
Economia	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
Meio Ambiente	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
Agronegócio	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
Geografia	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
Turismo	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
Educação	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
Relações Internacionais	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█

Fonte: Elaboração própria. Banco de dados: Plataforma Sucupira/CAPEs. Nota: Região Norte: 1. UFT; 2. UFRR; 3. UNIFAP. Região Nordeste: 4. UEPB; 5. UNIFACS. Região Centro-Oeste: 6. ALFA; 7. UEMS. Região Sudeste: 8. INESP; 9. UNITAU. 10. FESP. Região Sul: 11. UNIJIÚ; 12. UNISC; 13. UNC; 14. FURB; 15. UNIOESTE; 16. FACCT; 17. UTFPR.

No caso dos demais programas de mestrado e doutorado pertencentes a outras áreas, registra-se a ausência de um claro núcleo norteador das discussões tal como acontece na área de Planejamento regional e urbano, em razão das especificidades existentes em cada curso, razão pela qual se destacam a concentração numérica dos mesmos na região Sudeste e por ordem decrescente os enfoques comuns em Políticas Públicas; Gestão; Meio Ambiente; e, Economia *vis-à-vis* a enfoques específicos em Agronegócio; Direito; Serviço Social, e, Educação.

Quadro 2 – Enfoque dos cursos de desenvolvimento regional

Áreas: Administração, Ciências Ambientais, Direito, Economia, Interdisciplinar e Serviço Social

REGIÕES	Norte		Nordeste			Centro-Oeste		Sudeste			Sul		
ENFOQUES	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
Políticas Públicas	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
Gestão	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
Economia	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
Meio Ambiente	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
Agronegócio	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
Direito	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
Educação	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
Serviço social	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█

Fonte: Elaboração própria. Banco de dados: Plataforma Sucupira/CAPEs. Nota: Região Norte: 18. UNIR; 19. CESUPA. Região Nordeste: 20. FUFSE; 21. FAMAM; 22. UFCA. Região Centro-Oeste: 23. UFMT; 24. UNIDERP. Região Sudeste: 25. Uni-FACEF; 26. UNITAU; 27. FVC; 28. UNOESTE; 29. UFF. Região Sul: 30. UNIOESTE.

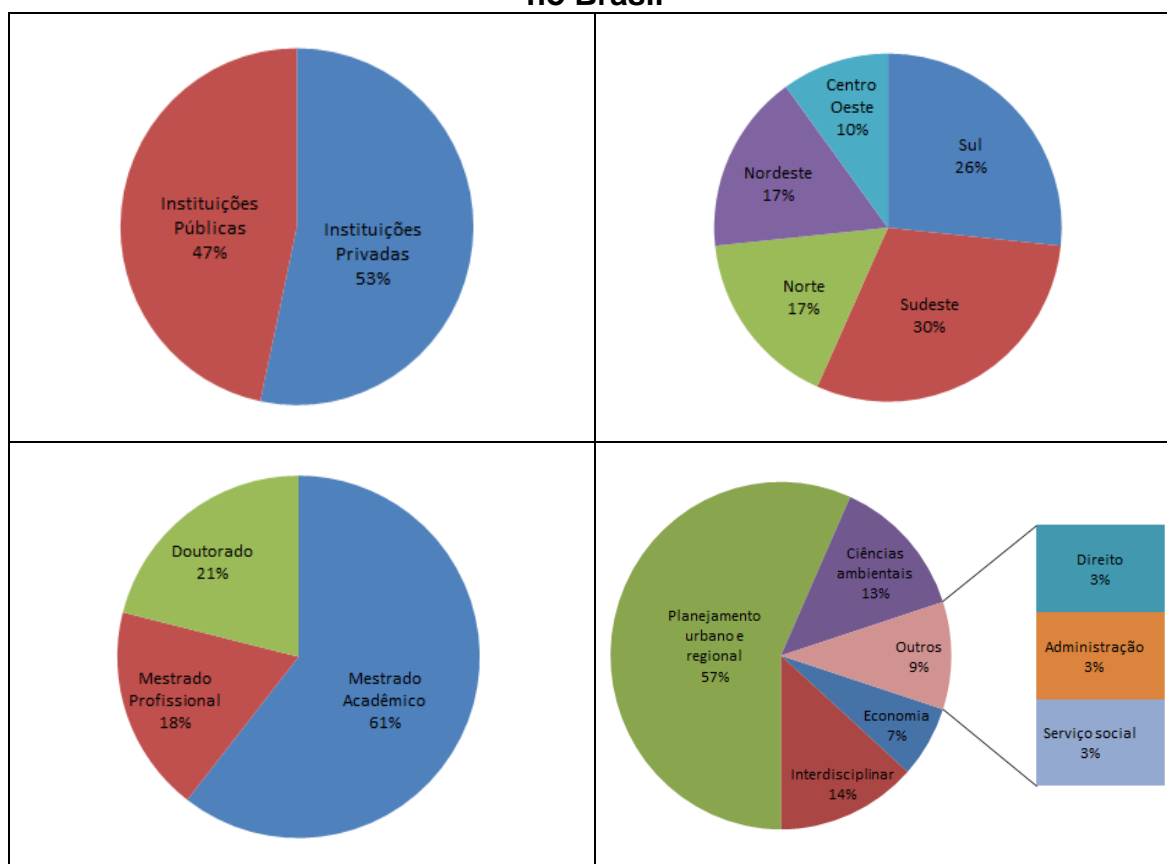
A conformação do campo em Desenvolvimento Regional em razão da agregação de diferentes tendências materializadas nos cursos de mestrado e doutorado no país, revela que a sua constituição científica se materializa com um campo de poder que é consubstanciado, tanto, por teorias e métodos próprios, quanto, advindos de outras áreas específicas, historicamente consolidadas.

Por um lado, o surgimento de cursos com enfoques específicos em Desenvolvimento Regional a partir de leituras multidisciplinares de Políticas Públicas ou Gestão, comandadas pelas áreas de Ciências Ambientais, Direito, Economia e Serviço Social na década de 2010, demonstram contribuições de fora para dentro para a construção do campo de Desenvolvimento Regional, uma vez que são advindas de outros campos científicos específicos.

Por outro lado, a conformação de um campo científico autônomo e autorreferente continuou sendo constituído entre as décadas de 2000 e 2010, como um esforço a partir de leituras ecléticas e concentradas, seja, por parte da área Interdisciplinar, seja em razão da área multidisciplinar de Planejamento regional e urbano, as quais acabam conformando as principais contribuições metodológicas e teóricas em Desenvolvimento Regional.

A conformação do que se entende por campo científico de Desenvolvimento Regional no Brasil acaba sendo materializado em todas as regiões e com um perfil equilibrado entre Instituições de Ensino Superior Público e Privadas (gráfico 1A), porém, com forte concentração e influência de Programas de mestrado e doutorado no eixo das regiões Sul e Sudeste, as quais totalizam 56% do universo total, em comparação às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste que, conjuntamente, apresentam 44% dos cursos (gráfico 1B).

Gráfico 1 - Quadros temáticos sobre campo de Desenvolvimento Regional no Brasil



Fonte: Elaboração própria. Plataforma Sucupira/CAPES e portais eletrônicos dos cursos de pós *stricto sensu*.

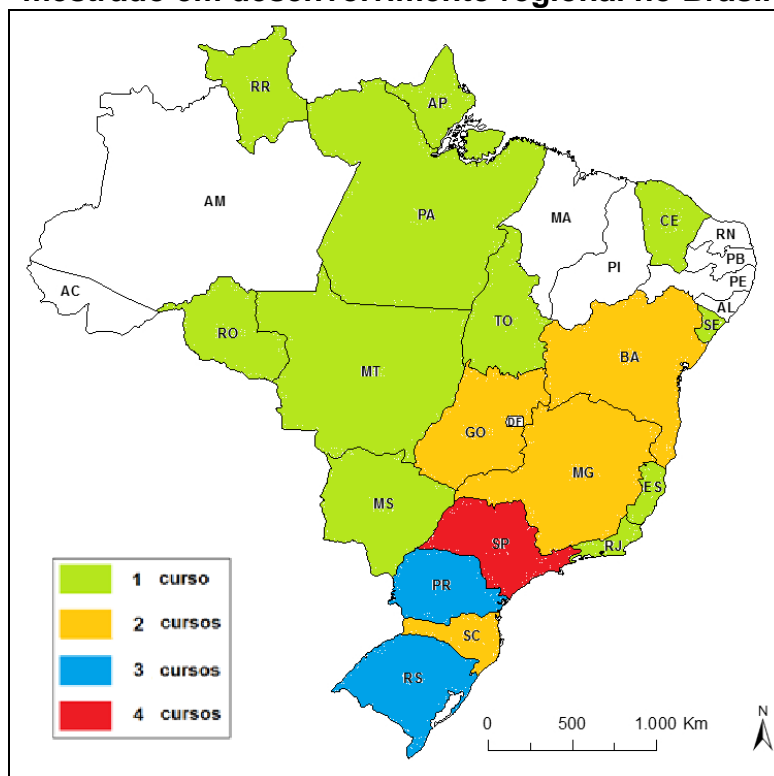
Quando se leva em consideração o perfil dos cursos que constituem o campo científico de Desenvolvimento Regional no Brasil, a década de 2010 foi importante por impulsionar o surgimento de 7 cursos de mestrado profissional em Instituições de Ensino Superior Privadas e 8 cursos de Doutorado, sendo 4 deles na região Sul, 2 na região Norte e 1 curso nas regiões Centro-Oeste e Nordeste (gráfico 1C).

Com base nesta evolução positiva do perfil de cursos no Brasil, o campo de Desenvolvimento Regional passa a ser caracterizado na *pós-graduação stricto sensu*, tanto, pela *composição*, de 61% serem mestrados acadêmicos, 18% mestrados profissionais e 21% doutorados, quanto, pela *focalização*, na área de planejamento regional e urbano (57%) em contraposição às demais áreas que totalizam 43% (gráfico 1D).

A despeito de um hiato existente em alguns estados da região Norte e Nordeste, o campo científico de Desenvolvimento Regional é uma realidade em todas as macrorregiões brasileiras, as quais hierarquicamente manifestam um

número diferenciado de instituições de ensino superior envolvidas na oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mapa 1).

Mapa 1 – Distribuição de cursos de mestrado em desenvolvimento regional no Brasil



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: CAPES (2015).

O mapeamento do número de Programas de Desenvolvimento Regional no Brasil fornece uma caracterização hierárquica do campo composto em três partes. A primeira parte é um núcleo central em São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, dado o número de 3 a 4 cursos por estado. A segunda parte é um núcleo gravitacional próximo, composto por Santa Catarina, Goiás, Minas Gerais e Bahia, com 2 programas por estado. A terceira parte, por fim, é um núcleo gravitacional distante, com apenas 1 programa por estado.

Na ausência de cursos de graduação com uma Diretriz Curricular Nacional, o perfil curricular de todos os programas de *pós-graduação stricto sensu* em Desenvolvimento Regional é variado e sendo influenciado pelos modelos pré-estabelecidos, tanto, naqueles primeiros cursos que surgiram na década de 2000, principalmente na região Sul, identificada como núcleo central do campo em termos metodológicos e teóricos, quanto, naqueles primeiros cursos de cada macrorregião, tal como a Universidade Federal de Rondônia

(UNIR), na região Norte; a Universidade Salvador (UNIFACS), na região Nordeste; a Universidade de Taubaté (UNITAU), na região Sudeste; ou ainda, a Universidade para o Desenvolvimento do Estado e Região do Pantanal (UNIDERP), na região Centro-Oeste.

1.1 Campo de estudos em desenvolvimento regional em Roraima

O campo de estudos em desenvolvimento regional no estado de Roraima possui um histórico relativamente recente, constituído essencialmente por iniciativas consolidadas pelo Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe (NECAR) que surgiu como uma unidade acadêmica vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisas e Pós-Graduação (PRPPG), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), no ano de 2003.

Ao longo de mais de uma década, o NECAR promoveu iniciativas de pós-graduação *lato sensu* por meio dos cursos de especialização em “Geotecnologias para o desenvolvimento sustentável”; “Gestão em Agronegócio”; e, “Desenvolvimento Regional Sustentável e Políticas Públicas”, além de iniciativas de pós-graduação *stricto sensu* por meio dos cursos interinstitucionais de mestrado (MINTERs) em “Economia” e em “Direito Ambiental”; bem como de doutorado (DINTERs) em “Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional” e em “Ciências Políticas” (NECAR, 2011).

Advindo de um esforço conjunto com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA/RR) e fruto indireto da experiência adquirida pelo NECAR em cursos previamente desenvolvidos com outras instituições parceiras como a Universidade de Brasília (UNB), Universidade Estadual do Amazonas (UEA), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), o Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Regional da Amazônia (PPGDRA) surgiu no ano de 2011 de um incremental processo de amadurecimento de uma leitura institucional sobre Desenvolvimento Regional.

O PPGDRA, embora, tenha surgido de um esforço integrado entre o NECAR/UFRR e a EMBRAPA/RR, acabou evoluindo apenas em função da participação efetiva da primeira instituição, mantendo as linhas de pesquisa em “Economia do Meio do Ambiente Tecnologia” e em “Desenvolvimento Regional

e Urbano e Políticas Públicas”, o que fez convergir o perfil das discussões presentes nas dissertações.

Quadro 3 – Enfoque do mestrado de desenvolvimento regional do NECAR/UFRR

TURMAS	1ª Turma								2ª Turma							
ENFOQUES	1	2	3	4	5	6	7	8	1	2	3	4	5	6	7	8
Políticas Públicas																
Gestão																
Economia																
Meio Ambiente																
Agronegócio																
Direito																

Fonte: Elaboração própria. Tabulação realizada com base em dissertações defendidas em 2012 e 2013.

A tendência de convergência nos debates das pesquisas produzidas no mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia reside na identificação de um núcleo duro de discussões concentradas, respectivamente, nas temáticas de Políticas Públicas e Economia, nas quais surgem aderidas outros quatro temas importantes, sendo eles, de Gestão, Meio Ambiente, Agronegócio e Direito.

Embora, o curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia do NECAR/UFRR apresente um perfil de dissertações em desenvolvimento nos anos de 2014 e 2015 que segue as tendências registradas nas duas primeiras turmas, respectivamente, dos anos de 2012 e 2013, houve uma ampliação do enfoque de desenvolvimento regional, fundamentado principalmente pelo surgimento de várias dissertações em elaboração que tomam como referência a escala regional a partir das relações internacionais e das fronteiras internacionais, tal como já acontece com pesquisas realizadas pelo corpo docente sobre o contexto de regionalização internacional de Roraima.

Compreende-se que o campo científico de Desenvolvimento Regional no importante laboratório experimental a céu aberto de Roraima tem passado por um crescimento significativo, desde a criação do primeiro curso de mestrado na área pelo NECAR/UFRR, já que este possui o maior índice de concorrência na *pós-graduação stricto sensu* do estado em razão do reconhecimento alcançado na sociedade roraimense, o que repercutiu em uma melhora qualitativa do

próprio programa, juntamente com o aumento sincrônico de novos professores e de publicações nele produzidas.

2 – Roraima como objeto de estudos em desenvolvimento regional

A caracterização de Roraima como área de estudo no campo de Desenvolvimento Regional toma como referência a complexidade espacial de seu desenvolvimento histórico, uma vez que é um estado brasileiro e amazônico multirecortado por distintos processos e iniciativas de regionalização intranacional e internacional.

Para se apreender o desenvolvimento regional de Roraima faz-se necessário partir da premissa de que a noção escalar de região é elástica, partindo desde o local, onde estão presentes microrregiões roraimenses, passando pela sua inserção em uma macrorregião nacional, até se chegar às conexões de pertencimento, tanto, a uma região de fronteira internacional, quanto, a uma macrorregião internacional.

A região é escala extremamente elástica de agregação da espacialidade, podendo ser qualquer área geográfica em que houver um recorte temático ou uma unidade distinta em virtude de determinadas características, pois se baseia em variáveis de similitude e semelhança que se manifestam em macro-regiões e micro-regiões, conforme o nível de agregação territorial de determinadas características comuns de geografia física ou humana (SENHORAS, 2015, p. 49).

O recurso de caracterização regional de Roraima é utilizado na pesquisa não apenas porque este é um recorte funcional *ex ante* para apreender no campo das ideias um objeto, o objeto de estudo, mas também porque é um instrumento de análise *ex post* dos resultados e transformações ocorridos no campo material em razão de determinados padrões de desenvolvimento endógeno e exógeno ao longo do tempo.

Como um campo de materialização do poder material e das ideias, o estado de Roraima não pode ser caracterizado apenas pelo recorte de uma única região, pois em função das propriedades econômica, política e ambiental de sua formação sócio espacial ele é compreendido em seu desenvolvimento por um complexo regional onde coexistem diferentes processos de

regionalização intranacional e internacional, conforme se pode observar no mapa 1, sem um posicionamento exaustivo que visa, apenas ser ilustrativo frente as possibilidades infinitas de se aprender a espacialização regional.

Em primeiro lugar, no plano da regionalização intranacional, Roraima é caracterizada pela sua localização setentrional na Amazônia Legal², uma área estratégica criada pela União por meio da Lei Federal 1.806/1953 (BRASIL,1953) e reinventada pela Lei Federal 5.173/1966 (BRASIL, 1966), com a finalidade de estabelecer uma lógica de planejamento regional e a consequente implementação de estratégias de desenvolvimento regional.

Com o regime militar, a Amazônia Legal passa a ser compreendida em dois blocos estratégicos de planejamento e desenvolvimento regional a partir das iniciativas dos anos de 1966 e 1967, quando, respectivamente, a Lei Federal 5.173/1966 instituiu a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM (BRASIL, 1966), e, o Decreto Lei 299/1967 criou a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (BRASIL, 1967).

² As principais referências jurídicas em termos de legislação federal sobre a Amazônia Legal correspondem a cinco instrumentos, sendo eles: a) Lei 1.806, de 06 de janeiro de 1953; b) Lei 5.173, de 27 de outubro de 1966; c) Lei Complementar 31, de 11 de outubro de 1977; d) Medida Provisória 2.146, de 04 de maio de 2001; e, finalmente, e) Lei Complementar 124, de 03 de janeiro de 2007.

Mapa 2 - Regionalizações de Roraima



Fonte: RAPOSO (2015).

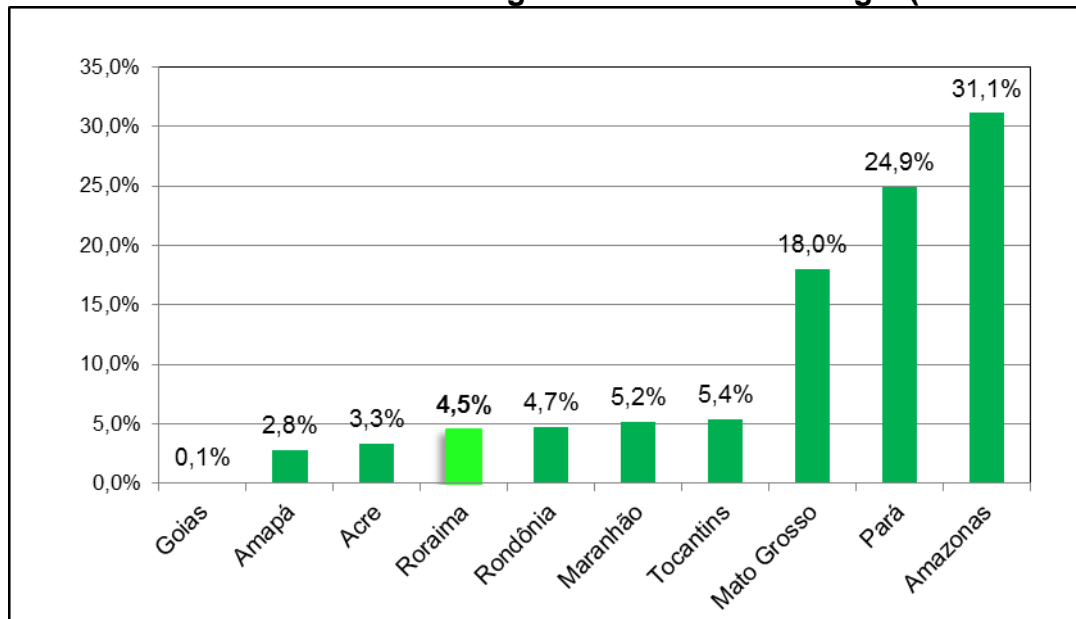
Por um lado, no primeiro bloco regional, a Amazônia Ocidental, teve seu planejamento e desenvolvimento regional assentados em estratégias predominantemente conservacionistas em razão do nascimento da bacia amazônica na direção oeste da América do Sul e da menor ocupação humana, o que repercutiu, tanto, na conformação de um polo de difusão do desenvolvimento para a região por meio da implantação da Zona Franca de Manaus e de Áreas de Livre Comércio, quanto, na instauração concentrada de Reservas Ambientais e Terras Indígenas, características estas que se estruturaram na formação do Território Federal e do Estado de Roraima (RAPOSO, 2015).

Por outro lado, no segundo bloco regional, a Amazônia Oriental manteve o tradicional modelo de planejamento e desenvolvimento regional implementado pelos portugueses, por meio de estratégias concentradamente exploratórias por parte do setor primário, fundamentando-se nas atividades econômicas de mineração e de agropecuária, uma vez que esta área regional historicamente sempre concentrou a formação socioeconômica na Amazônia portuguesa e brasileira, com destaque concentrador de fluxos do polo de desenvolvimento regional de Belém (LINS, 2012).

Em razão do seu posicionamento no extremo norte da Amazônia Legal, Roraima é apreendida a partir de uma regionalização intraregional de natureza geohistórica que é identificada pelo termo de Amazônia Setentrional, cujas características mais nítidas são o posicionamento geoestratégico utilizado nos sistemas de defesa do Brasil colonial e do Brasil independente, as faixas territoriais no hemisfério norte e a forte presença de terras institucionais.

Nesta regionalização setentrional da Amazônia Legal, nos dias atuais, Roraima é o 14º maior estado brasileiro em dimensão territorial, totalizando 2,63%, da área do país e 4,5% da Amazônia Legal (IBGE, 2010), embora possua a menor autonomia territorial em função dos problemas de federalismo fundiário advindos das extensas áreas institucionais de fronteira internacional, terras indígenas, reservas ambientais e outras áreas da União (SANTOS Jr., 2015).

Gráfico 2 - Roraima no contexto regional da Amazônia Legal (% territorial)



Fonte: RIKILS (2015). Adaptações próprias.

Em segundo lugar, no plano da regionalização internacional, Roraima é caracterizada em um contexto fronteiriço e regional que é simultaneamente Pan Amazônico e Caribenho, já que se projeta em função, tanto, de enfoques ambientais ou de exploração do comércio exterior, no primeiro caso, quanto de continuidades históricas e de mobilidade territorial entre os povos tradicionais, no segundo caso.

Sob o prisma geohistórico de Roraima como Amazônia Caribenha, revaloriza-se uma espacialização regional de ampla mobilidade indígena nos períodos pré-coloniais que era conformada em função da geografia física das bacias hidrográficas e na qual se cunha o termo de Ilha das Guianas, justamente por ser uma regionalização que envolve um arco de territórios contínuos no que hoje são países, Venezuela, Guyana, Suriname, Guiana Francesa e Brasil, em áreas dos estados de Roraima, Amazonas, Pará e Amapá (OLIVEIRA, 2011; OLIVEIRA, 2014).

Denominamos de Amazônia Caribenha todo o território da Ilha das Guianas que compreende o litoral Atlântico Norte entre o delta do rio Orinoco (Venezuela) e do rio Amazonas, pela margem esquerda do rio Amazonas e do rio Negro, pelo Canal de Cassiquiare (Brasil/Venezuela) e a margem direita do rio Orinoco (OLIVEIRA, 2011, p. 01).

Esta regionalização de Amazônia Caribenha adquire relevância diacrônica à medida que fundamentando-se em um discurso normativo de resgate de características históricas existentes na Ilha das Guianas, as políticas públicas dos países pertencentes a este arco regional poderiam promover uma agenda desenvolvimentista, baseando-se em estratégias complementares entre iniciativas pós-modernas de etnodesenvolvimento e iniciativas institucionalistas e funcionalistas de cooperação e integração regional.

Sob o prisma ambiental de Roraima como Amazônia Internacional ou Pan Amazônia, identifica-se um contexto de regionalização internacional de defesa de temas estratégicos de proteção a povos tradicionais e promoção de desenvolvimento sustentável dentro de uma agenda compartilhada entre oito países, razão pela qual Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guyana, Peru, Suriname e Venezuela assinaram o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) em 1978, posteriormente institucionalizada como Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) em 1998 (SENHORAS, 2010).

Conforme Souza Cruz (2015), a noção de desenvolvimento nesta regionalização transnacional para Roraima se fundamenta nos conceitos étnicos e de sustentabilidade com base em construções produzidas de fora para dentro por meio da conformação, tanto, de regimes internacionais temáticos, quanto, de comunidades epistêmicas engajadas em rede segundo uma lógica glocal, o que torna o estado em um verdadeiro laboratório de novas experiências internacionais.

Sob o prisma do comércio internacional, observa-se, também uma agenda fundamentada na promoção comercial por meio de estratégias de internacionalização empresarial nos mercados regionais da Guyana e Venezuela por parte de diferentes gestões à frente do governo do estado ou de instituições como o SEBRAE e a FIER.

Não obstante, as iniciativas de promoção do comércio internacional e a própria institucionalização de uma Zona de Processamento de Exportações (ZPE) e de uma Área de Livre Comércio (ALC), na capital em Boa Vista, ainda são modestos, assimétricos e contraditórios os avanços no tema em Roraima por dois motivos.

Por um lado, o baixo dinamismo do comércio internacional roraimense é caracterizado pela inatividade da ZPE e por algumas poucas empresas tendo feito uso de benefícios fiscais para importação na ALC, o que tem repercutido em baixos transbordamentos funcionais na geração de emprego e renda (MAIESKI; SENHORAS; TREVISAN, 2013; ANJOS, 2014).

Por outro lado, o comércio formiga fronteira das cidades gêmeas de Santa Elena de Uairén (Venezuela) e Lethem (Guyana) é altamente dinâmico na vazão de renda roraimense para seus respectivos países, o que repercute na conformação de um forte sistema de fluxos fronteiriços capitalizado com recursos oriundos concentradamente de Boa Vista (SANTOS; SENHORAS, 2014; FERREIRA, 2015).

Conclui-se que a apreensão de desenvolvimento regional em Roraima pode se apreendida por diferentes modelos de recorte regional em função, tanto, dos campos de materialidade humana e física (relevo, paisagem, hidrografia, etc), quanto, dos campos das ideias presentes nos discursos, ações e teorias, razão pela qual a seguir são fundamentados os marcos teóricos do estudo de desenvolvimento regional de Roraima na presente dissertação.

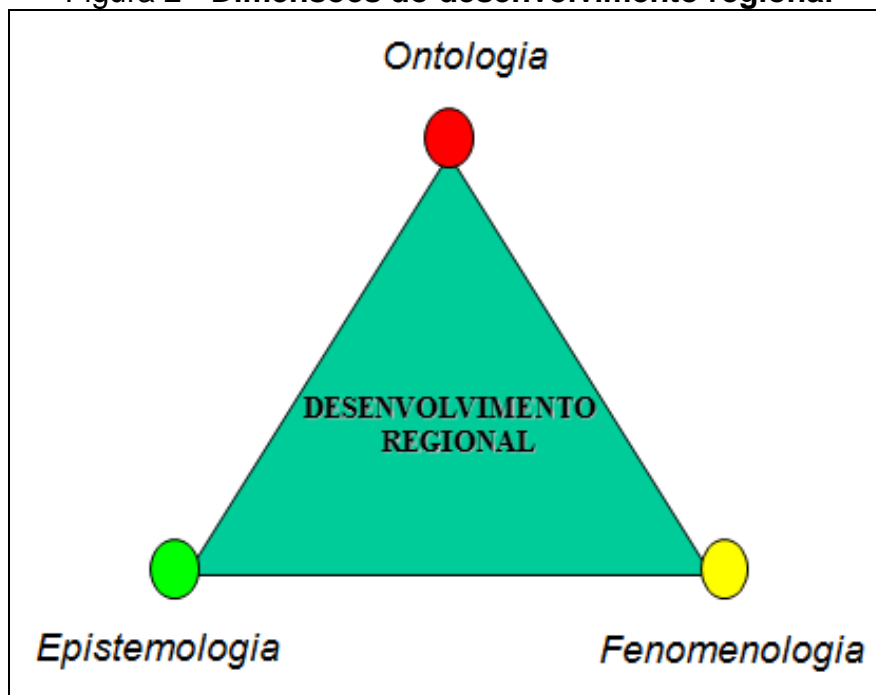
2.1 Marcos teóricos do estudo de desenvolvimento regional de Roraima

Com base na identificação das óticas nacionais e internacionais de contextualização regional de Roraima, o presente estudo irá construir um estudo sobre o processo de desenvolvimento regional endógeno e exógeno restringindo-se à análise de ciclos econômicos e políticos de longa duração, razão pela qual se optou por utilizar marcos de teorização inspirados no mapeamento da construção internacional, nacional e em Roraima do campo científico de Desenvolvimento Regional.

A dissertação parte de uma articulação de três dimensões dos estudos de Desenvolvimento Regional, as quais são apreendidas, em primeiro lugar, por conceitos essenciais mapeados na evolução internacional e nacional do campo científico de Desenvolvimento Regional (dimensão ontológica), a fim de subsidiar, em segundo lugar, a construção dos principais fundamentos teóricos

da análise (dimensão epistemológica), e, propiciar, em terceiro lugar, a análise empírica de determinados fenômenos empíricos, os ciclos econômicos e políticos de desenvolvimento regional em Roraima no longo prazo (dimensão fenomenológica).

Figura 2 - Dimensões do desenvolvimento regional



Fonte: Elaboração própria. Baseada em SENHORAS (2015).

Em primeiro lugar, existe uma *dimensão ontológica*, cujos componentes essenciais aos estudos de desenvolvimento regional residem nos marcos conceituais de *atores* com interesses específicos (*stakeholders*) e como estes se articulam no *espaço regional*, como forças verticais (exógenas) e horizontais (endógenas) nos *mercados econômicos* ou no *desenvolvimento de políticas* com repercussão pública (políticas públicas).

Em segundo lugar, surge uma *dimensão epistemológica*, ligada à construção teórica de quatro fundamentos articulados entre si para explicar o desenvolvimento regional (quadrilátero teórico) à luz das premissas teóricas basilares da Geografia e da História (formação socioespacial; ciclos de longa duração³; periodização; e, espacialização regional), bem como das premissas

³ O conceito de ciclos de longa duração está baseado na identificação daqueles condicionantes estruturais que se materializam como forças profundas e que acabam revelando funcionalmente a formação de periodizações de estudo dos fatos históricos. Tomando como

temáticas da Economia e da Política (*stakeholders*; mercados econômico; poder; forças horizontais e verticais; e, desenvolvimento endógeno e exógeno).

Em terceiro lugar, há uma *dimensão fenomenológica*, caracterizada pelo estudo empírico do fenômeno do desenvolvimento, a qual corresponde à combinação do núcleo ontológico com as premissas auxiliares dos fundamentos teóricos para explicar o desenvolvimento regional por meio do uso de diferentes metalinguagens ideológicas, com destaque aos paradigmas cognitivos liberal; nacional-realista-intervencionista; crítico; ou, ainda vertentes híbridas.

Este capítulo 1 ao mapear o campo Científico de Desenvolvimento Regional, bem como, ao analisar diferentes percepções de regionalização intranacional e internacional que influenciam o desenvolvimento em Roraima, construiu a articulação das dimensões ontológica e epistemológica para propiciar a análise empírica dos ciclos políticos e econômicos de desenvolvimento regional em Roraima, respectivamente, nos capítulos 2 e 3.

A análise empírica dos capítulos 2 e 3, fundamentada em ciclos políticos e econômicos de longa duração em Roraima, é trazida para o centro do estudo a fim de propiciar a identificação dos diferentes padrões estruturais de desenvolvimento endógeno e exógeno que em razão do cruzamento de forças verticais e horizontais com repercussão assimétrica no tempo e no espaço.

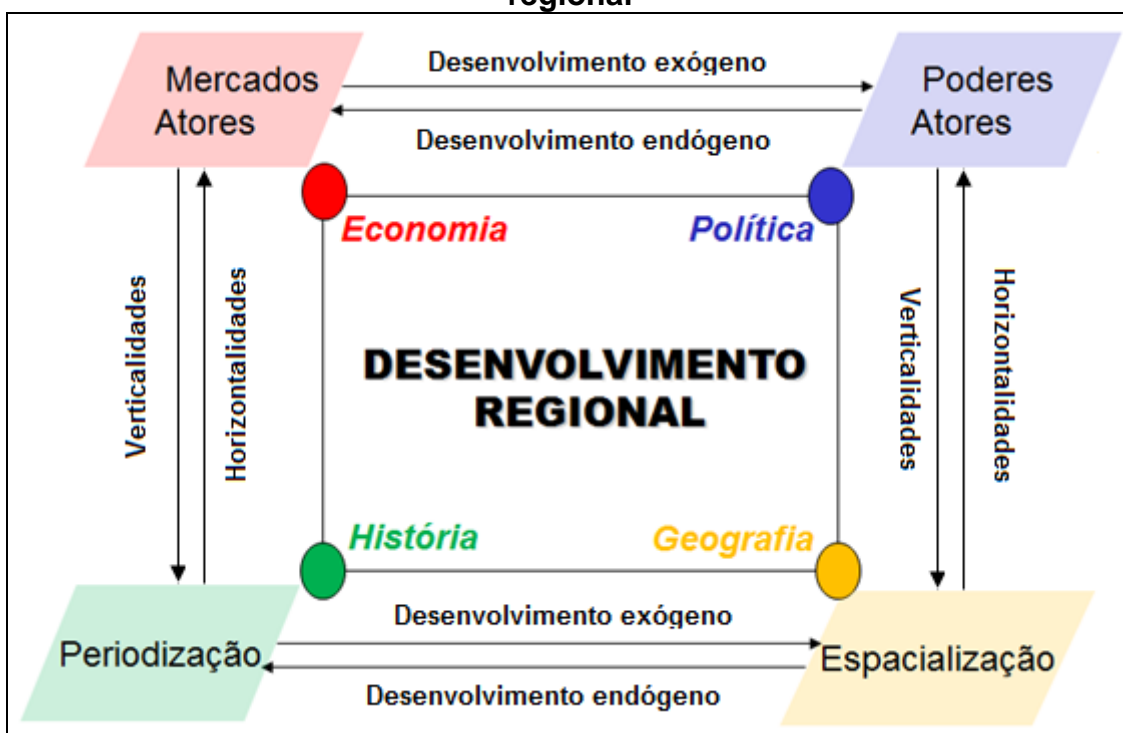
Neste contexto, os marcos teóricos utilizados para os capítulos 2 e 3 estão fundamentados em um quadrilátero teórico, cuja leitura multidisciplinar é influenciada, tanto, pela evolução internacional das discussões na área por meio de uma primeira onda (1950-1970) e de uma segunda onda (1980-1990), quanto, pelos enfoques majoritários existentes no campo científico de Desenvolvimento Regional, constituídos entre as décadas de 2000 e 2010 em cursos de pós-graduação *stricto sensu* da área de Planejamento Urbano e Regional no Brasil (quadro 1) e em Roraima (quadro 2).

referência as contribuições invocativas sobre ciclos da historiografia russa (KONDRATIEFF, 1935); francesa (BRAUDEL, 1949); e brasileira (FAORO, 1958; FURTADO, 1967), surge a apreensão analítica do presente texto de que há uma pluralidade de tempos históricos, a qual parte da superficialidade da temporalidade factual, passando pela temporalidade conjuntural de forças de curto prazo, até se chegar àquelas temporalidades estruturais de longas ondas ou de forças profundas que se cristalizam e se repetem no longo prazo, características dos ciclos de longa duração.

A razão para a utilização deste quadrilátero de teorização sobre o desenvolvimento regional reside na sua importância por identificar Roraima como o objeto de estudo em sua dimensão territorial e histórica a fim de identificar como as variáveis econômicas e políticas acabaram influenciando na construção de diferentes padrões de desenvolvimento regional no espaço e no tempo.

Tomando como referência o mapeamento realizado sobre o campo científico de Desenvolvimento Regional e a identificação de que sua evolução por meio de uma concentração de leituras multidisciplinares foi comandada pelas óticas economicista e humanística de políticas públicas, o quadrilátero de teorização da presente dissertação é apreendido por uma fundamentação em dois eixos dialógicos que se inter-relacionam a partir de uma hierarquia entre a generalização do *eixo basilar da discussão* e a especificidade propositiva do *eixo temático da discussão*.

Figura 3 - Quadrilátero de teorização em desenvolvimento regional



Fonte: Elaboração própria. Baseada em SENHORAS (2015).

Por um lado, o *eixo basilar da discussão* é identificado por uma leitura transversal sobre determinado tema ao longo do tempo e do espaço, fundamentando-se nos conceitos combinados de *espacialização regional*, da

área de Geografia, e de *periodização do desenvolvimento regional*, oriundo da História.

Por outro lado, o *eixo temático da discussão* é apreendido pela introdução de uma leitura específica dos ciclos estruturais de longa duração de desenvolvimento regional nos territórios de Roraima, tomando como referência para construção da dissertação a análise das forças verticais (exógenas) e das forças horizontais (endógenas) presentes nos principais ciclos políticos no capítulo 2 e os ciclos econômicos no capítulo 3.

O quadrilátero de teorização proposto apresenta relevância para o estudo multidisciplinar do Desenvolvimento Regional em Roraima à medida que ao cruzar discussões sobre um eixo basilar de espacialização geográfica e de periodização histórica com um eixo temático econômico e político, permite compreender que os padrões de desenvolvimento regional foram construídos de maneira relacional e com repercussão assimétrica, desigual e heterogênea.

As quatro pilastras de teorização permitem compreender que o fenômeno do desenvolvimento regional se manifesta como um processo evolutivo complexo cuja dinâmica é própria de um campo de forças endógenas e exógenas em que o resultado final repercute na determinação de padrões de desenvolvimento característicos no tempo e no espaço.

Com base nestes marcos de teorização, o estudo sobre os ciclos de desenvolvimento regional em Roraima assenta-se na análise das diferentes forças horizontais (endógenas) e forças verticais (exógenas) produzidas por diferentes atores e com repercussão no desenvolvimento histórico de diferentes mercados econômicos e de padrões de poder político na regionalização intranacional e internacional.

CAPITULO 2

Ciclos políticos de desenvolvimento regional em Roraima

CICLOS POLÍTICOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM RORAIMA

Os padrões de funcionamento da dinâmica política nos territórios hoje identificados como roraimenses esteve desde o período da colonização esteve circunscrita a macrodinâmicas constituídas em todo o Brasil mesmo existindo características específicas no campo de poder nas discussões entre centralização e descentralização política.

Existe de fato um processo de materialização relações políticas e influências entre o poder nacional e poder local, inclusive nos territórios roraimenses, que foi construído ao longo da formação histórica da sociedade brasileira por meio de ciclos de centralização e descentralização política, conforme se pode observar em estudos clássicos da historiografia brasileira (HOLANDA, 1936; OLIVEIRA VIANNA, 1949) e da sociologia brasileira (FREYRE, 1933; LEAL, 1948; FAORO, 1958).

No período colonial português, a dinâmica patrimonialista se estruturou como uma força profunda na cultura política das terras roraimenses, por meio da consolidação de um padrão exógeno de centralização política do Estado Português que se que materializava por meio de um amplo raio de discricionariedade de um corpo e atores e funcionários a mando de Portugal, o que recorrentemente gerava desvios de função e processos corruptivos.

Embora o início sistemático da colonização em terras roraimenses tenha surgido apenas com a Construção do Forte São Joaquim e pelo papel decisivo da Igreja Católica no aldeamento indígena, é apenas no final do século XVIII que houve um processo de ocupação territorial de fato a partir do comandante lusitano Manuel da Gama Lobo D'Almada, enviado à época pelo governador da província do Grão-Pará, fazendo-se o Estado Português presente nestas terras por meio de um funcionário público (OLIVEIRA, 2003; VIEIRA, 2014).

A consolidação de uma dinâmica política de natureza patrimonialista na região caracterizava-se pela materialização simultânea do interesse do Estado Português em garantir sua soberania sobre o território (interesses públicos) por meio de um corpo de funcionários que representava o Estado e que possuía alta discricionariedade para atingir seus próprios interesses (interesses privados).

Esta dinâmica patrimonialista, com a independência do país, continuou naturalmente transplantada para as terras roraimenses à época da Monarquia e da República sob o paradigma Liberal, em razão da cristalização de uma cultura política precedente que agora passa a ser conhecida pela consolidação de um sistema político coronelista, caracterizado por uma sociedade oligárquica e patriarcal (FREYRE, 1933) em que a dinâmica local está circunscrita à dinâmica socioespacial dos latifúndios sob comando de uma elite política e econômica dos coronéis (LEAL, 1948).

O coronelismo construído em terras roraimenses teve origem exógena advinda de forças econômicas políticas que foram consolidadas em dois momentos, tanto, pelo Grão Pará à época do Período Colonial Português, quanto, pelo Amazonas com a independência do país, por meio de um processo ocupação territorial fundado em uma economia de exploração do gado e em de relações político-sociais de compadrio de uma sociedade oligárquica e patriarcal.

As características do funcionamento do *sistema político coronelista* em Roraima ao longo da periodização que vai do Brasil Monárquico até o Brasil da República das Oligarquias residem no contexto de esfacelamento da centralização administrativa por parte do Governo Central, o que reforçou a descentralização política de um território que era claramente rural, no qual o controle social passou a ser determinado por parte de poucas famílias que concentravam o poder econômico e político, caracterizando-se como elites rurais oligárquicas.

Foi somente com a consolidação de um paradigma Nacional-Desenvolvimentista, iniciado pelo governo de Getúlio Vargas, e com o surgimento de uma federalização de territórios na Amazônia no contexto da II Guerra Mundial, que o sistema político oligárquico sofreu rupturas dadas as pressões de centralização política e administrativa por parte da União que passou a conformar quadros burocráticos e indicações políticas que viriam a repercutir na conformação de um *sistema política clientelista* (SANTOS, 2013).

Conforme Souza (2010) e Lobo Jr (2014), a conformação de uma nova dinâmica política fundada em uma natureza clientelista, somente surge em 1943, com a emergência do Território Federal do Rio Branco, posteriormente, renomeado Território Federal de Roraima em 1962, pois o Governo Central

atuou como um rolo compressor, consolidando uma burocracia urbana, com repartições públicas civis e militares, instaladas na agora capital, Boa Vista, o que retirou poder das tradicionais famílias da oligarquia rural.

A partir de 1943, a estrutural condição rural das terras roraimenses sedimentada nos ciclos econômicos do extrativismo, da pecuária e da própria mineração, bem como em um ciclo político patrimonialista e oligárquico foi revertida sob a mão forte da União, a qual passou a fornecer transferências federais para a estruturação do Território Federal e de uma dinâmica urbana centrada no município de Boa Vista, com repercussões na conformação de um ciclo econômico do contra-cheque na capital e em um ciclo político fundamentado em um sistema político clientelista.

Neste contexto, a capital, Boa Vista, tornou-se polo atrator de migração, seja, como ponto e apoio para aqueles fluxos orientados para atividades garimpeiras e de colonização, seja, como ponto de destino para aqueles fluxos orientados para o funcionalismo público civil e militar da nova unidade federativa, o que repercutiu ao longo do tempo na consolidação de um sistema político com dinâmica clientelista em função dos novos atores sociais e próprio surgimento de uma nova elite econômica e política de natureza exógena que se contrapunha às famílias pioneiras e elites coronelistas tradicionais (SILVA Jr, 1994; SOUZA, 2010).

Não por acaso, que a dinâmica política em Roraima, enquanto, Território Federal, ou, enquanto, Estado, passa a se consolidar dentro de um padrão de hibridez sociocultural (CANCLINI, 1995), no qual a cultura política se materializa sincronicamente com traços do antigo e do novo sistema político, muito embora, possa se visualizar nos municípios do interior a predominância de uma dinâmica política coronelista em razão da concentração populacional rural em contraposição à predominância da dinâmica política clientelista em Boa Vista que é concentradamente urbana.

A despeito da conformação de um polo com tendências predominantemente clientelistas, em Boa Vista, e de outro polo com tendências majoritariamente coronelistas nos pequenos municípios rurais do interior de Roraima, existe *continuum* que interliga ambos os polos que é o fenômeno da

*transferência de eleitores*⁴ de Boa Vista e de outros estados para os municípios do interior, conformando simultaneamente a formação de currais eleitorais e a supremacia política boa-vistense em relação aos demais municípios segundo uma lógica de dominação do tipo centro-periferia (FURLAN, 2014).

A cultura política resultante da cristalização cumulativa de diferentes ciclos de desenvolvimento político materializa-se diacronicamente de maneira híbrida à medida que dinâmicas políticas tradicionais e modernas acabam se inter-relacionando na conformação de um sistema político permeado por vícios políticos e que se torna pouco funcional à projeção de forças endógenas para o desenvolvimento regional.

1. Ciclos estruturais de desenvolvimento político em Roraima

A *leitura institucional* de que determinados padrões culturais repercutem na consolidação de trajetórias históricas cumulativas de *path dependence* e em determinados padrões comportamentais e de relacionamento (NORTH, 1990), torna-se funcional para explicar a consolidação de determinados padrões estruturais de ciclos políticos nos territórios roraimenses com base em rugosidades cristalizadas historicamente em períodos anteriores.

A evolução histórica das dinâmicas políticas em Roraima pode ser assim explicada com base em ciclos políticos característicos que materializam na longa duração as rugosidades estruturais constituídas em determinados períodos, demonstrando assim que além das forças conjunturais, a caracterização do desenvolvimento político roraimense pode ser apreendida pelo condicionamento estrutural da formação histórica de culturas e instituições políticas.

Nos ciclos políticos, observa-se a consolidação de três ondas de longa duração nos territórios de Roraima que cristalizaram características específicas

⁴ “O expressivo número de transferências e a sua ocorrência cada vez maior em todas as eleições é considerado um fato comum em Roraima, em que eleitores frequentam o interior somente no período eleitoral “oferecendo apoio” a candidatos que estejam dispostos a pagar pela festa e pelo voto. Tal prática contribui não apenas para o fortalecimento de eficiente mercado de votos, ampliando o sistema clientelista já existente em Roraima; mas também para a consolidação de verdadeira cultura de mercantilização do poder político local, em que esse voto “transferido” para determinado candidato do interior, afeta a preferência do eleitor local e dilapida as estruturas políticas locais, fragilizando a democracia” (FURLAN, 2014, p. 20).

de maneira refratária às influências dos macro-regimes estabelecidos na Administração Pública do Brasil, respectivamente por meio das periodizações de uma Administração Pública Patrimonialista até 1930, de uma Administração Burocrática entre 1930 e 1980, e, de uma Administração Pública Pós-Burocrática com baixo grau de gerencialismo, a partir da década de 1990.

No primeiro ciclo político, as elites políticas presentes no Brasil Colonial até o século XIX ou mesmo no Estado Nacional Brasileiro dos regimes monárquico até a República das Oligarquias na década de 1930, enraizaram uma força profunda de longa duração no funcionamento da Administração Pública caracterizada pela indistinção entre bens públicos e privados, transformando a *res pública* em objeto de patrimonialismo privado.

No segundo ciclo político, em razão da estrutural tendência de centralização do poder pela União ao longo do paradigma Nacional-Realista (1930-1980), a conformação das elites locais uma vez mais se manifesta de maneira alienígena aos próprios territórios roraimenses, porém agora, sob controle do governo central por meio da federalização de territórios sob o seu comando na Amazônia, a fim de quebrar o raio de influência de determinadas oligarquias regionais.

No terceiro ciclo político, com o fim do paradigma Nacional-Desenvolvimentista e o surgimento da Constituição de 1988 estimulando processos de descentralização política e a própria transformação de Territórios Federais em estados, as novas elites políticas em Roraima passam a adquirir características de hibridação sociopolítica, embora, persistam majoritariamente sendo de origem exógena ao próprio estado nascente.

1.1. Primeiro ciclo político: patrimonialismo político

No Brasil colonial, a dinâmica política portuguesa combinou um padrão de centralização administrativa em um contexto de ampla dispersão territorial, o que permitiu a cristalização de uma lógica patrimonialista na Administração Pública, suscetível à consolidação da corrupção em razão da origem da propriedade privada brasileira estar fundamentada em sua origem pela

concessão de terras por parte de um Estado Absolutista português, a qual se materializou intermediado por um corpo de funcionários (FAORO, 1958).

Nesta concepção patrimonialista, a vida pública se estruturou dentro do mesmo padrão de continuidade da Administração Pública portuguesa para a brasileira, na qual não há distinção entre o interesse privado e o interesse público, uma vez que o poder político se estruturou para atender aos seus próprios interesses, não estando necessariamente atrelada a interesses agrários (campo) ou burgueses (cidades), tal como em outros países.

Conforme Campante (2003), esta concepção patrimonialista da Administração Pública portuguesa tornou-se naturalmente cristalizada na cultura política brasileira como uma força profunda, sendo replicada e ampliada após a independência nacional ao longo do Império e da República por meio da manifestação de um poder fundamentado no personalismo das elites políticas e que repercutiu na consolidação de uma máquina pública fundamentada em um padrão de racionalidade subjetiva suscetível a corrupção e com baixa eficiência técnica e administrativa.

É neste contexto patrimonialista de desenvolvimento político que as terras amazônicas estiveram embebidas desde a colonização portuguesa até o quase-sincrônico período de surgimento do Paradigma Nacional Desenvolvimentista na década de 1930 e de fim do Ciclo Econômico da Borracha em 1920, institucionalizando um padrão cultural de racionalização subjetiva caracterizada pelo personalismo, mandonismo e a subjetividade entre o público-privado.

A partir de uma leitura weberiana sobre o patrimonialismo, como um sistema de dominação política, no qual os bens públicos, cargos e direitos sociais são distribuídos verticalmente de cima para baixo segundo uma lógica hierarquizada e assimétrica entre os atores sociais, o longo processo de desenvolvimento político esteve circunscrito nas terras roraimenses por um padrão exógeno de mandonismo político por parte da autoridade tradicional em que não houve o interesse de consolidar uma distinção entre a esfera pública e a esfera privada.

Em um momento inicial do desenvolvimento político, tornou-se estrutural, a lógica exploratória das elites portuguesas sobre os atuais territórios roraimenses, fundamentada na subjugação dos povos tradicionais

previamente estabelecidos na região por meio do uso da força em detrimento do estabelecimento e uma lógica de desenvolvimento regional exógena, contextualizada pelos ciclos de acumulação capitalista mercantil por meio do extrativismo e da pecuária.

O desenvolvimento do patrimonialismo nas terras roraimenses à época do Brasil Colonial se estruturou, tal como em outras áreas, por meio da intermediação de proprietários de terras rurais, identificado por um padrão de mandonismo político conhecido como coronelista que exerceu de fato o poder político frente à diminuta presença da Coroa Portuguesa nestas terras.

Em um momento subsequente do desenvolvimento político, conformado pelo surgimento do Estado Nacional Brasileiro, a consolidação das elites locais nos territórios de Roraima está circunscrita à dinâmica nacional de estabelecimento de oligarquias regionalizadas, porém, não segundo um padrão aleatório, horizontalizado e descentralizado, mas antes controlado e influenciado pelas elites políticas do estado do Amazonas, em Manaus, a fim de garantir a soberania e a exploração das terras mais distantes.

1.2. Segundo ciclo político: clientelismo político

Com o surgimento de um Estado Nacional-Desenvolvimentista na década de 1930, ressurgiu a tendência de centralização política, administrativa e econômica por parte da União, tal como acontecera à época da colonização portuguesa, porém, agora instrumentalizada pela constituição um racional quadro burocrático e da conformação de um processo de federalização de territórios na Amazônia no contexto da II Guerra Mundial⁵.

O novo sistema político surgido com a criação do Território Federal de Rio Branco em 1943, renomeado Território Federal de Roraima em 1962, manteve as características do mandonismo e personalismo político cuja origem sempre fora exógena, porém, não mais identificado com as elites oligárquicas

⁵ “Em 1943, o Presidente Getúlio Vargas criou cinco Territórios Federais: Rio Branco (posteriormente, Roraima), Guaporé (posteriormente Rondônia), Amapá, Iguassú e Ponta Porã. Os dois últimos foram extintos em 1946. O principal objetivo alegado para a criação dos Territórios Federais, numa conjuntura de guerra mundial, era o de “ocupar os espaços vazios do território nacional”, e em especial na Amazônia, pois segundo essa visão, um “espaço vazio” não estaria seguro à ocupação exógena” (SILVA, 2007, p. 47).

que estruturaram um sistema político coronelista, já que emergiu um quadro de burocratas que passa a ditar a dinâmica política do Território Federal segundo uma lógica centralizadora, regida pelos interesses da União.

Este novo sistema político emergido com as elites burocráticas do Território Federal de Rio Branco (1943) / Roraima (1962) trouxe consigo um novo padrão de relação entre os atores políticos e sociais no meio urbano da capital Boa Vista, envolvendo a concessão de benefícios públicos por parte das estruturas burocráticas de governo ou de deputados em relação em troca de apoio político (CARVALHO, 1997; LOBO, 2014).

Nas primeiras duas décadas de Território Federal, Roraima possuiu 15 governadores, os quais em sua maioria eram burocratas das Forças Armadas advindos de outras regiões, cuja indicação por parte do presidente da República teria sido influenciada em mais de 10 casos pelo personalismo político exógeno do senador do Maranhão, Sr. Vitorino Freire junto ao governo federal (SANTOS, 2004; SILVA, 2007).

Embora a indicação dos governadores no Território Federal tenha acontecido por influência de um padrão coronelista exógeno, sob a influência do senador Vitorino Freire, sua repercussão corroborou por consolidar um sistema político clientelista com a conformação urbana de um quadro burocrático originado de uma concentrada primeira onda de migração maranhense (SENHORAS, 2010a).

É neste contexto embrionário de estruturação do Território Federal e de constituição de uma nova lógica política verticalizada com base na indicação de administradores de origem exógena, que as elites locais se tornaram incomodadas com o grau de influência das indicações regionalistas, principalmente, do Maranhão, sem incorporar as famílias locais.

“Na década de 1950 houve uma série de reações locais nos territórios contra este padrão de indicação regionalista, que veio a se calar com o golpe militar em 1964, quando propunha substituir o antigo padrão informal de indicação coronelista por um novo padrão mais nativista baseado na indicação oficial de um deputado federal eleito no território” (SENHORAS, 2010a, p. 02).

A dinâmica política com um perfil clientelista construída no período de Território Federal trouxe consigo um perfil de centralização política por parte da

União que se manifestou em um padrão de desenvolvimento político exógeno já que os governadores biônicos indicados pelo presidente da República possuíam majoritariamente uma origem alienígena à Roraima, à exceção do período final do regime militar, quando Getúlio Alberto de Souza Cruz tornou-se o primeiro e único governador biônico de origem endógena ao próprio Território Federal.

Tabela 1 - **Governadores do Território Federal do Rio Branco/Roraima**

Período	Nome do governador	Natureza ocupacional	Origem
1944-1946	Ene Garcez dos Reis	Militar	Exógena
1946-1947	Félix Valois de Araújo	Militar	Exógena
1947-1949	Clóvis Nova da Costa	Militar	Exógena
1949-1951	Miguel Ximenes de Melo	Civil	Exógena
1951-1951	Jerocílio Gueiros	Civil	Exógena
1951-1952	Berlamino Neves Galvão	Militar	Exógena
1952-1953	Aquilino Mota Duarte	Civil	Exógena
1953-1955	José Luiz de Araújo Neto	Civil	Exógena
1955-1955	Auriz Coelho e Silva	Militar	Exógena
1955-1955	Ademar Soares da Rocha	Militar	Exógena
1955-1959	José Maria Barbosa	Militar	Exógena
1959-1961	Hélio Magalhães de Araújo	Civil	Exógena
1961-1961	Djacir Cavalcânti de Arruda	Civil	Exógena
1961-1963	Clóvis Nova da Costa	Militar	Exógena
1963-1964	Francisco Assis Peixoto	Civil	Exógena
1964-1967	Dilermano da Cunha Rocha	Militar	Exógena
1967-1969	Hélio da Costa Campos	Militar	Exógena
1969-1970	Walmor Leal Dalcin	Militar	Exógena
1970-1974	Hélio da Costa Campos	Militar	Exógena
1974-1979	Fernando Ramos Pereira	Militar	Exógena
1979-1983	Ottomar de Souza Pinto	Militar	Exógena
1983-1983	Vicente de Magalhães Moraes	Militar	Exógena
1983-1985	Arídio Martins de Magalhães	Militar	Exógena
1985-1987	Getúlio Alberto de Souza Cruz	Civil	Endógena
1987-1988	Roberto Ribeiro Klein	Militar	Exógena

Fonte: Elaboração própria. Baseada em dados de FREITAS (2000).

A partir de uma leitura crítica, Lobo (2014) argumenta que houve um natural processo de acomodação entre os interesses alienígenas e locais, em especial nas décadas anteriores à conformação do Estado de Roraima, pois os conflitos que se estabeleceram entre os diferentes grupos políticos também foram responsáveis por amalgamar alianças políticas com influência nas instituições do Território Federal.

Nesse sentido, o controle da máquina pública por parte de uma burocracia de origem exógena tornou a barganha política em modos institucionais de financiamento e sustentação do padrão clientelista de se fazer política, ao atender de maneira corporativista diferentes grupos, dentro e fora do aparelho de Estado.

Por um lado, na teoria, seria de se esperar que a dinâmica clientelista fosse mais proeminente no período que vai de 1943 a 1964 em razão da instabilidade política de um número elevado de governadores, 15 no total, os quais praticamente não conheciam a região e ficavam em média não mais que 16 meses (tabela 1).

Por outro lado, na prática, observa-se que a materialização da dinâmica clientelista adquire magnitude no período militar entre 1964 e 1988⁶, justamente em função de uma maior estabilidade política, com 9 governadores biônicos permanecendo na média 32 meses no cargo, do inflamento urbano da capital Boa Vista e do aumento de recursos federais ao longo do tempo.

Se entre os ícones políticos do ciclo clientelista esteve presente o capitão Ene Garcez dos Reis na origem do Território Federal, por sua vez na estruturação e transformação do Território Federal em Estado destacaram-se, tanto, o Coronel Hélio da Costa Campos, responsável pela construção das principais instituições e prédios públicos da capital, Boa Vista, quanto, o Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto, responsável pela consolidação populacional por meio do estímulo migratório, os quais se tornaram importantes figuras após 1988, respectivamente nas condições de Senador e Governador.

⁶ A partir de 1964, com a instalação do regime militar no Brasil, as Forças Armadas oficialmente se tornaram responsáveis pela Administração dos Territórios Federais, ficando o Exército a cargo de Rondônia, a Marinha do Amapá e a Aeronáutica de Roraima, o que permitiu mudanças estruturais na dinâmica política, já que os governadores biônicos passaram a ter maior autonomia de decisão e recursos advindos de transferências federais para poderem fazer barganhas políticas (SILVA, 2010).

1.3 Terceiro ciclo político: hibridismo político

A transformação do Território de Roraima em Estado trouxe consigo um legado de continuidades na dinâmica política antecedente, muito em função da incapacidade do estado projetar seu desenvolvimento regional de maneira autônoma em um contexto hierarquizado por forças verticais do governo federal.

Os padrões de continuidade política se materializaram a partir de 1988, seja em razão de um padrão de federalismo federal que introjeta uma dependência estrutural de transferências federais e corrobora para a conformação de um ciclo econômico do contra-cheque, seja em razão de um padrão de federalismo fundiário que limitou a capacidade de uso das terras com a conformação de áreas institucionais por parte da União.

A característica inaugurada pela criação do estado de Roraima em 1988 fundamenta-se no conceito de hibridismo político (CANCLINI, 1995), no qual forças estruturais de dinâmicas anteriores são reemergidas na nova dinâmica do sistema político, em especial, em especial, porque o pêndulo de centralização política em Roraima por parte da União do período Nacional-Desenvolvimentista passa a ser rompido com os processos de relativa descentralização por parte da inaugurada nova Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Esta relativa descentralização acontece justamente porque a Constituição Federal de 1988, trouxe consigo fundamentos de descentralização política e de desenvolvimento das políticas públicas sem criar capacidade autônoma de financiamento com base em receitas próprias (SENHORAS, 2003), o que acabou por introjetar no sistema político roraimense uma hibridez política fundamentada em duas forças estruturais.

Por um lado, as características do sistema coronelista manifestadas pelos fenômenos do caciquismo e do mandonismo político, próprios da época de descentralização política por parte do Brasil independente desde a Monarquia (1822) até a República das Oligarquias (1930), voltam a se manifestar com maior proeminência em razão da própria constituição de novos municípios de natureza predominantemente rurais em Roraima.

Por outro lado, as características do sistema clientelista do período de Território Federal são ampliadas em termos de escala na troca de favores justamente, porque desde cargos comissionados até licitações tornam-se mecanismos de barganha política em uma sociedade que é crescentemente diversificada socialmente e concentradamente dependente de uma economia do contra-cheque, materializada por meio dos recursos federais transferidos à Administração Pública.

O ciclo político de hibridez inaugurado pela criação do estado de Roraima em uma mesma estrutura contraditória que combina a flexibilidade da descentralização política e o engessamento fiscal do pacto federativo, trouxe consigo a reprodução de vícios políticos por meio da cristalização combinada das dinâmicas políticas de natureza coronelista e clientelista.

A reprodução das dinâmicas coronelistas passou a se fundamentar em relações horizontais entre os distintos atores sociais, principalmente com uma natureza eleitoral, com a emergência dos fenômenos do oportunismo político e da compra de votos.

Por sua vez, as dinâmicas clientelistas fundamentadas nas relações verticais entre o estado e o governo federal, normalmente de natureza econômica, repercutiram na construção de uma máquina pública fundamentada na lógica rentista de ganhos produtivos oriundos da explosão de cargos comissionados, distribuição de vales e bolsas por meio de programas sociais, bem como, conformação de favoritismo político por meio de anéis burocráticos e casos de corrupção.

A hibridez de ambas as culturas políticas, coronelista e clientelista, cristaliza um sistema político em Roraima que combina estruturalmente em seu funcionamento os *inputs* das características hierarquizadas de um padrão de desenvolvimento político exógeno junto aos *outputs* dos vícios políticos rentistas modernos e tradicionais, repercutindo, assim, na continuidade de uma dinâmica caracterizada pelo patrimonialismo, personalismo e oportunismo político desde o período colonial.

Em um primeiro plano, a análise *ex post* do ciclo político de desenvolvimento regional permite visualizar que a dinâmica estrutural de hibridez política traz como resultado a conformação de vícios políticos ao estado de Roraima, os quais materializam através do fenômeno do *rentismo* ou

rente-seeking, ao gerar determinados padrões de ganhos improdutivos e equilíbrios sub-ótimos que são absorvidos politicamente ou economicamente de maneira assimétrica por um grupo restrito e atores sociais (BUCHANAN; TOLLISON; TULLOCK, 1980).

A percepção de que as instituições do estado roraimense, a despeito de existirem para promover o interesse público, representam verdadeiras caixas pretas que facilitam a captação de interesses privados, faz com que surjam os fenômenos do *fisiologismo político* (SILVA, 2011), caracterizado pela troca de favores e favorecimentos, e das *ações oportunistas* com finalidades de ganho econômico ou político eleitoral, em razão do contexto de informação assimétrica (CORNES; SANDLER, 1996).

Tomando como referência a teoria do seletorado político, as elites políticas para se manterem no poder precisam desenvolver alianças vencedoras, porém no caso de Roraima como elas são pequenas, o instrumento para consolidá-las é por meio da distribuição de bens privados, o que repercute na conformação premeditada de risco moral para compra de votos, bem como para atender os interesses das bases de apoio, por meio da conformação de anéis burocráticos entre o setor público e a iniciativa privada ou de favoritismos individuais de cargos comissionados (BUENO DE MESQUITA *et al.*, 2003).

Sob o prisma político, o ciclo de desenvolvimento regional fundamentado no hibridismo político caracteriza-se como deletério ao estado de Roraima, na medida em que enfraquece o sistema democrático, já que as elites políticas eleitas ao se comprometeram a distribuir bens privados a determinados grupos sociais para se eleger acaba, acaba por injetar uma lógica corruptiva que fragmenta a noção institucional de democracia representativa, já que passa a atender aos interesses privados de poucos.

Sob o prisma econômico, o ciclo do hibridismo político em Roraima repercute em uma ineficiência para as finanças públicas do estado, já que compromete a capacidade de entregar bens públicos à sociedade em detrimento da conformação de uma agenda rentista de ganhos improdutivos

capitalizados por interesses de nepotismo⁷ entre diferentes instituições do Estado ou interesses clientelistas, tanto, de funcionários que fazem parte da própria máquina pública, quanto, de interesse de setores empresariais que prestam serviço ao Poder Público.

Em um segundo plano, a análise *ex ante* do atual ciclo político de hibridez de culturas políticas, manifesta-se em Roraima como uma construção de longa duração, na qual a força estrutural de um *elitismo exógeno* é a característica mais marcante já que em diferentes ciclos econômicos e políticos nas terras roraimenses, as elites⁸ apresentaram uma origem exógena, como uma força alienígena que se impõe segundo padrões de verticalização de um campo de poder que é construído pela introdução de impulsos de fora para dentro do território.

Não é por acaso que quando se analisa o perfil dos prefeitos ou dos governadores, observa-se a persistência de uma elite política exógena, já que em um estado recente o perfil da população nativa é pequena frente ao elevado contingente migrante consolidado ao longo de apenas três gerações, entre as décadas de 1940 e 2010, desde a constituição do Território Federal do Rio Branco.

Por um lado, o perfil de governadores é concentradamente identificado pela conformação de elites exógenas e pela ossificação ou estratificação destas elites no poder (MOSCA, 1987; GRYSZPAN, 1999), por meio da consolidação de um personalismo político identificado por grandes caciques que se apresentam no núcleo da dinâmica política roraimense conformando um sistema de apadrinhamento político ao seu redor⁹.

⁷ A lógica do nepotismo configura-se como uma prática consolidada à época do Território Federal e ampliada em escala após a conformação do Estado de Roraima, passando transversalmente nos municípios, inclusive no próprio governo do estado desde o primeiro governador democraticamente eleito, Ottomar de Souza Pinto, até se chegar a atual governadora, Suely Campos, haja vista que colocar parentes e amigos é uma prática comum que passa ao relento dos olhos do Ministério Público (RAMOS, 1999; GAMA, 2015).

⁸ A teoria do elitismo político teve seu processo de construção consolidado entre os séculos XIX e XX por meio das contribuições de distintos autores europeus, dentre os quais destacam-se Vilfredo Pareto; Gaetano Mosca; Robert Michels; e, Joseph Alois Schumpeter. Sintetizando a fundamentação elitista, Grynszpan (1999, p. 11), argumenta que “em qualquer sociedade, grupo, época ou lugar haverá sempre uma elite que por seus dons, competências, e recursos terminará por se destacar, deter o poder e dirigir uma minoria”.

⁹ Os sistemas de apadrinhamento político em Roraima acabam se estruturando de maneira ampliada, por meio da incorporação de atores com diferentes origens e perfis sociais, inclusive contando com um número elevado de familiares, sendo típica a presença de filhos ou a constituição de casais na política (VALÉRIO; SENHORAS, 2011; FURLAN, 2014)

Entre os grandes caciques roraimenses de origem exógena presentes na história do constituído estado de Roraima, destacam-se os nomes de Romero Jucá (apadrinhado político do presidente José Sarney, indicado para fazer a transição de Território Federal para Estado entre 1988 e 1991), e, do Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto, indicado como governador biônico à época do Território Federal e caracterizado como fundador de uma política populista que repercutiu em prestígio pessoal (NOGUEIRA, 2014).

Ao redor estas duas figuras polarizadoras, observou-se a conformação de um campo de poder de apadrinhamento político em Boa Vista e nos demais municípios do interior, o que repercutiu em uma lógica política de partidos fracos, que funcionam apenas como legendas de acomodação dos interesses dos grupos políticos, frente à centralidade personalista destes caciques políticos (RAMOS, 1999; SENHORAS, 2010a).

Não é por acaso que após o governo transitório de Romero Jucá (1988-1991) e o primeiro governo democraticamente eleito de Ottomar Pinto (1991-1995), todos os demais governadores eleitos passaram por uma polarização de apadrinhamento ou ruptura de apadrinhamento com base em um dos dois caciques políticos, mesmo após a morte do último em 2007 (tabela 2).

A autonomia política e o padrão clientelístico empreendido por Ottomar, Jucá e outras lideranças diminuem a presença das instituições partidárias no âmbito estadual. Elas atuam como simples figurantes no processo político. Os partidos não são elos de ligação entre cidadãos e Estado, com imagens nitidamente definidas, capazes de transformar demandas populares em políticas públicas, ou mesmo, organizações que competem por voto e que estão sempre sujeitas a conflitos internos, normalmente realizados pelos grupos que aspiram à hegemonia. A modalidade de atuação aqui é de partidos débeis, que atendem única e exclusivamente à vontade dos chefes políticos (RAMOS, 1999, p. 12).

Em um sistema político permeado pelo personalismo dos caciques políticos, o roraimense Neudo Ribeiro Campos conseguiu abrir seu espaço na política do estado, inicialmente tutelado pelo Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto, e, posteriormente, rompendo com seu apadrinhamento de modo bem sucedido, o que repercutiu na sua consolidação como personalidade política endógena capaz de fazer alianças com atores endógenos e exógenos, já que se tornou governador duas vezes no final da década de 1990 e início da década de 2000, bem como se manteve no centro hegemônico do poder após

a vitória da sua esposa como governadora nas eleições de 2014, quando foi considerado inelegível para o cargo pela Justiça Eleitoral.

Tabela 2 - Governadores do Estado de Roraima

<i>Período</i>	<i>Nome do governador</i>	<i>Fatos</i>	<i>Origem</i>
1988-1991	Romero Jucá Filho	Mandato completo	Exógena
1991-1995	Ottomar de Souza Pinto	Mandato completo	Exógena
1995-1999	Neudo Ribeiro Campos	Mandato completo	Endógena
1999-2003	Neudo Ribeiro Campos	Mandato completo	Endógena
2003-2004	Francisco Flamarion Portela	Cassado	Exógena
2004-2007	Ottomar de Souza Pinto	Empossado	Exógena
2007-2007	Ottomar de Souza Pinto	Falecido	Exógena
2007-2011	José de Anchieta Júnior	Empossado	Exógena
2011-2014	José de Anchieta Júnior	Cassado	Exógena
2014-2015	Francisco de Assis Rodrigues	Empossado	Exógena
2015 -	Maria Suely Silva Campos	Mandato em exercício	Endógena

Fonte: Elaboração própria. Baseada em dados de FREITAS (2000) e TSE (2015).

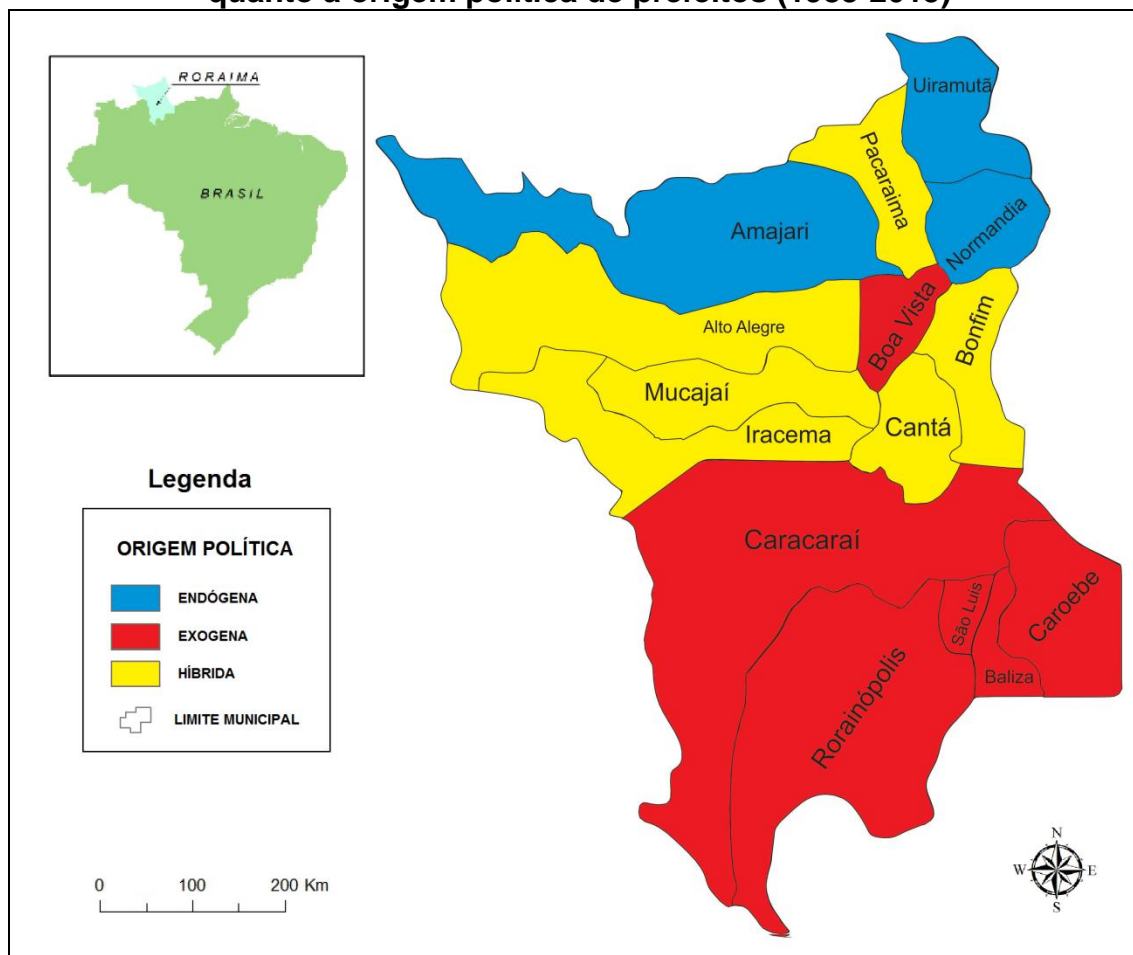
Por outro lado, quando se discute o perfil municipal roraimense quanto à origem política dos prefeitos, observa-se a mesma lógica de conformação de elites alienígenas ou exógenas, muito embora possa se visualizar a consolidação de elites locais de origem endógena roraimense em determinados municípios com alta concentração de povos tradicionais indígenas, como é o caso do Uiramutã, Amajari e Normandia.

No caso dos primeiros municípios do Território Federal do Rio Branco / Roraima, bem como os municípios com maior dinamismo econômico em termos de maior população e PIB, observa-se um perfil concentradamente alienígena dos prefeitos entre os anos de 1988 e 2015, o que repercutiu em um padrão de desenvolvimento político regional exógeno em 6 municípios - Boa Vista, Caracaraí, Rorainópolis, São Luis, Baliza e Caroebe (mapa 3).

No caso dos municípios predominantemente indígenas do Uiramutã, Normandia e Amajari, o perfil dos prefeitos tem uma equivalência ao perfil populacional, em contraposição ao caso anterior dos outros seis municípios em que a população migrante é concentradora, o que repercute na percepção de

uma identificade natural entre os eleitores naquelas lideranças políticas de origem exógena.

Mapa 3 - Perfil municipal roraimense quanto à origem política de prefeitos (1988-2015)



Fonte: Elaboração própria. Baseada em trabalho de campo (SILVA NETO; SENHORAS, 2015).

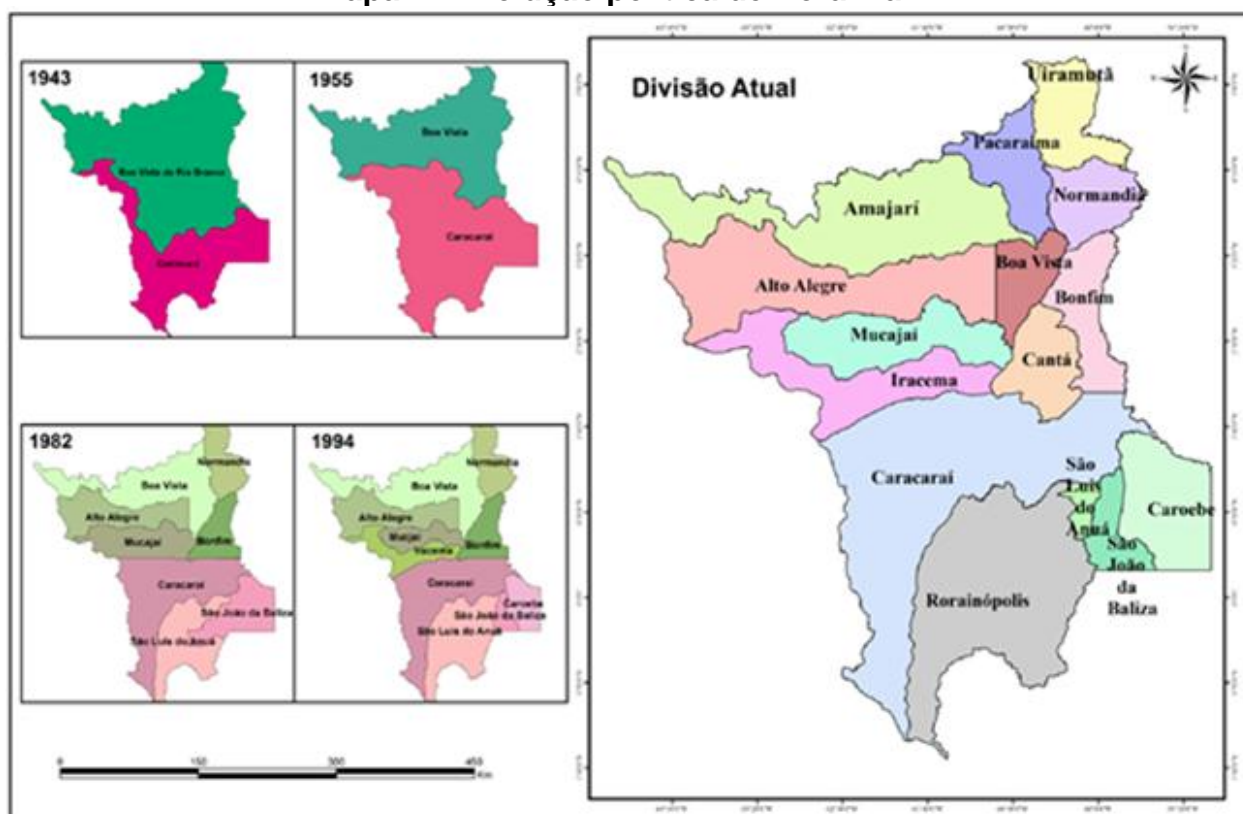
Entre as polarizações de endogenia e exogenia no padrão de desenvolvimento regional em Roraima, encontram-se aqueles municípios que claramente combinam uma alternância no poder entre elites políticas endógenas e exógenas, demonstrando que a miscigenação entre povos tradicionais e migrantes em municípios com um perfil predominantemente rural tende naturalmente a conduzir para uma hibridez no perfil de representação política.

A evolução política do desenvolvimento regional em Roraima demonstra em sua evolução que a determinação de verticalidades normativas do governo federal autorizando a criação de novos municípios tornou-se em um dos

mecanismos para controle político do próprio Território Federal, razão pela qual durante um longo espaço de tempo somente Boa Vista e Caracarái serem compreendidos como os únicos polos estruturantes de integração e desenvolvimento regional.

Foi somente na década de 1980 durante o regime militar que o Território Federal de Roraima, sob administração do Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto, deixou de ter apenas dois municípios e passou a contar com a constituição de 6 novos municípios, embasando no processo de fragmentação dos territórios de Boa Vista (originou 4 novos municípios) e Caracarái (originou 2 novos municípios).

Mapa 4 - Evolução política de Roraima



Fonte: RAPOSO (2015). Adaptações próprias.

As correntes de migração e as políticas de colonização que tomaram como referência o eixo infra-estrutural da BR174 para ocupação socioespacial foram os componentes estratégicos para alavancarem a transformação política do desenvolvimento regional de Roraima de um Território Federal em Estado, o que demonstra que a constituição dos novos municípios se tornou em uma condição *sine qua non* para a evolução política e por isso as novas cidades ao

invés de nascerem ao longo do Rio Branco surgem interiorizadas pelo planejamento rodoviário federal

Embora a razão de surgimento do Estado de Roraima somente tenha se materializado em função da constituição de novos municípios na década de 1980, por sua vez, foi somente após a constituição efetiva do Estado e em sua função, que na década de 1990, 7 novos municípios puderam ser criados por autorização normativa do governo federal, demonstrando que a dinâmica política de desenvolvimento regional continua circunscrita aos raios de manobra outorgados verticalmente de fora para dentro.

Com base nestas discussões, observa-se que a visualização do desenvolvimento regional fundada no atual ciclo de hibridismo político traz consigo forças estruturais de longa duração que continuam a ser cristalizadas e repercutem em uma tendência contínua de reprodução de vícios políticos que não tende a ser minimizada, dado o complexo campo de poder retroalimentado por forças não apenas horizontais ao próprio estado, mas também forças verticais advindas do governo federal.

CAPITULO 3

Ciclos econômicos de desenvolvimento regional em Roraima

CICLOS ECONÔMICOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM RORAIMA

O termo ciclo econômico trata-se de um marco conceitual desenvolvido pelo campo das Ciências Econômicas a fim de exprimir os diferentes padrões de flutuações da atividade econômica no tempo por meio da análise e diferentes periodizações a curto, médio e longo prazo.

A relevância de se estudar os distintos padrões de ciclo econômico reside na capacidade deles expressarem a caracterização da alternância de períodos de crescimento do produto (recuperação e prosperidade) com períodos de estagnação ou declínio (contração ou recessão).

Schumpeter em 1939 definiu quatro fases para um ciclo econômico: (1) boom; (2) recessão; (3) depressão; (4) recuperação. Embora os ciclos econômicos se repitam, e caracterizados por períodos de expansão e contração da atividade econômica, não necessariamente periódicos (CRUZ, 2013 p.49).

Os ciclos econômicos podem ser identificados como movimentos característicos de um diversificado número de atividades econômicas, embora essas flutuações sejam geralmente medidas em termos de variação do produto, da despesa ou da renda agregada, o que possibilita identificar determinadas periodizações no desenvolvimento.

As diferentes teorizações sobre os ciclos econômicos são fundamentadas principalmente na identificação, tanto, de ciclos de curta duração, próprios de análises conjunturais de curto prazo, quanto, de ciclos de longa duração, característicos dos estudos de desenvolvimento no prazo (SIMONSEN, 1970).

Tomando como referência os marcos analíticos da historiografia francesa que apreendem nos ciclos de longa duração a existência de forças profundas de cristalização e estruturação de comportamentos repetitivos ao longo de determinadas periodizações, a presente dissertação identifica a caracterização de quatro ciclos econômicos para explicar os padrões de desenvolvimento regional em Roraima.

Os ciclos econômicos são utilizados para compreender a formação histórica econômica de Roraima, uma vez que os padrões de desenvolvimento regional manifestam um campo de poder circunscrito por forças profundas que

se repetem dentro de ciclos materializados em determinadas especializações territoriais e periodizações de longa duração.

1. Ciclos Econômicos em Roraima

A apreensão dos principais ciclos econômicos de desenvolvimento regional nos territórios roraimenses possibilitou mostrar à luz da historiografia econômica quais foram as atividades econômicas que se materializaram como forças estruturais de dinamização econômica ao longo de quatro periodizações de evolução incremental.

O primeiro período é a fase pré-território, o ciclo econômico das drogas do sertão, que vai desde as primeiras viagens incursionadas pelo explorador Pedro Teixeira, em 1639, ao aventurar-se pelas águas do Rio Branco, período em que se deu o início da ocupação e povoamento do rio Branco, principal afluente do rio Negro, e que mais tarde Território e posteriormente se tornaria o estado de Roraima.

O segundo ciclo se projeta no período da implantação da pecuária e do ciclo da borracha, época das chamadas fazendas nacionais e de intenso comércio e trocas na região. É a fase compreendida durante o Vale do Rio Branco e Território Federal de Roraima.

O terceiro período trata do ciclo da exploração de minérios como ouro e diamantes nos territórios ao norte do atual estado de Roraima, de maneira que são abordadas as principais regiões de exploração até a intensa movimentação migratória de pessoas ao redor dos garimpos.

O quarto e último ciclo econômico baseia-se no que se conhece como a “economia do contra cheque”, ou seja, após os três primeiros ciclos econômicos, a região não manteve nenhuma base sólida na economia, manteve, portanto, uma grande dependência da administração pública. Realidade que se mantém e que o estado tenta superar.

Ressalta-se com essas divisões que o desenvolvimento no estado não aconteceu de maneira homogênea. Em todos os ciclos houve uma dinâmica de exploração de fora para dentro (exógena). Ora, foram os portugueses que exploravam os territórios hoje denominados roraimenses. Outrora, foram

brasileiros de outros territórios estimulados a migrarem pelo governo central do Brasil monárquico e republicano.

1.1 Primeiro Ciclo: Economia do aprisionamento indígena, da salga e das drogas do sertão no Vale do Rio Branco

O primeiro ciclo econômico engendrado pelos colonizadores europeus nos atuais territórios de Roraima é identificado na historiografia por uma lógica exógena de desenvolvimento, caracterizada por forças verticais que se utilizaram do Rio Branco e seus afluentes para ocupar os territórios, aprisionando indígenas e explorando produtos naturais identificados pela riqueza vegetal das Drogas do Sertão e de proteína animal, principalmente, de peixes e tartarugas.

Este ciclo teve pouca representatividade em termos econômicos, podendo ser considerado um ciclo relativamente curto, porém foi de extrema importância para a ocupação e povoamento da Amazônia. Para efeitos de limites temporais, do primeiro ao quarto ciclo segue do domínio português nas terras da Amazônia até o ciclo brasileiro de ocupação da região. Inicialmente, a economia das drogas do sertão era praticada principalmente por missões religiosas que catequizavam e aldeavam os índios. O sustento dessas *reduções* era obtido pela extração de produtos da floresta e sua comercialização como especiarias.

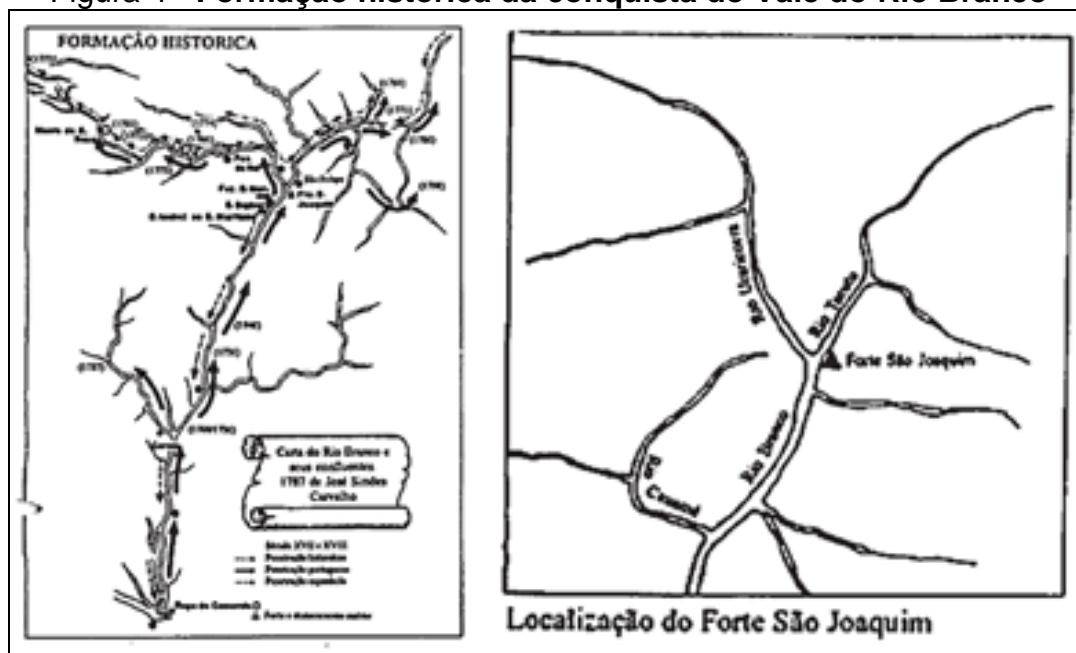
Desde o século XVII, o padrão de desenvolvimento regional exógeno trazido pelos colonizadores europeus de origem holandesa, inglesa, espanhola e portuguesa se materializou pela instrumentalização dos rios e trilhas indígenas em seus entornos próximos como meios de fluxo para a exploração do potencial natural deste território, bem como, para o aprisionamento de indígenas.

Antes das incursões dos europeus nas terras do atual estado de Roraima, já existia neste território um modelo de economia básica pautada no extrativismo e em pequenas roças, principalmente no plantio de mandioca, que era amplamente praticado pelas comunidades indígenas.

Nesta economia embrionária construída pelas distintas forças alienígenas de origem europeia, o Rio Branco tornou-se o palco para a

exploração colonial e para a formação natural de um conflito entre portugueses que subiam o Baixo Rio Branco e se encontravam com espanhóis advindos rumo ao sul do atual território da Venezuela e que se estabeleceram nos rios Uraricoera e Amajari, bem como com ingleses e holandeses que se deslocavam dos atuais territórios da Guayana por meio dos rios Rupumoni, Maú e Tacutu (SANTOS, 2010).

Figura 4 - **Formação histórica da conquista do Vale do Rio Branco**



Fonte: SILVA Jr (1994).

A análise da formação econômica do Brasil efetuada por Celso Furtado (2005) mostra que o papel interventor do Estado foi central no processo de conquista, ocupação e construção dos territórios que atualmente configuram o chamado “território nacional”.

Em relação à região Norte, a análise de Furtado (2005) destaca os seguintes aspectos: a) a expansão para terras ao norte foi influenciada pela preocupação de defender o monopólio do açúcar; b) a simples defesa militar sem a efetiva ocupação da terra era, a longo prazo, operação infrutífera; c) os solos da região Norte não apresentavam a mesma fecundidade que os massapés nordestinos para a produção de açúcar; d) devido ao alto custo dos escravos africanos, os colonizadores desta região eram “levados” a caça aos índios para utilizá-los como mão de obra escrava; e) a caça da mão de obra indígena realizada pelos colonos do norte constitui um fator decisivo na penetração econômica da bacia amazônica. (MARTINEZ, 2013, p.53)

No campo de poder construído pelas forças verticais conflitivas de invasão dos colonizadores europeus nestes territórios, surgiu, tanto, de uma Economia da Salga, caracterizada por uma dinâmica comercial dos colonizadores com os indígenas no aproveitamento de peixes e tartarugas conservados por meio de sal, quanto, de uma Economia de Drogas do Sertão, caracterizada como especiarias de alta demanda europeia (SILVA Jr, 1994).

Diversas expedições portuguesas foram organizadas para expulsar os espanhóis advindos pelos territórios da atual Venezuela e os holandeses e ingleses advindos dos territórios da atual Guyana, destacando-se três marcos de periodização de missões no Rio Branco no século XVIII.

Quadro 4 – **Missões portuguesas no Rio Branco no século XVIII**

1725	<i>Bases Missionárias</i>	Os primeiros missionários carmelitas efetuaram a posse da terra por meio da catequização dos índios e instalação de bases missionárias de supervisão dos rios Uraricoera, Tacutu e Rio Branco, as quais foram identificadas pelos nomes de Do Carmo, Santa Rita, São Felipe e Conceição.
1775	<i>Forte São Joaquim</i>	Uma expedição portuguesa comandada pelo capitão-engenheiro alemão Felipe Sturm. À serviço de Portugal iniciou na confluência dos rios Tacutu e Uraricoera, a construção do Forte São Joaquim. O objetivo era defender o sistema fluvial do rio Branco e impedir a entrada de invasores.
1793	<i>Fazendas Nacionais</i>	Foram três: do Rei, a São Marcos, e a São José. A Fazenda São José foi sede do Forte São Joaquim. Posteriormente, a Fazenda do Rei entrou em decadência, e a São José foi anexada a de São Marcos, a única existente até hoje. Em 1789, as povoações foram destruídas por índios na “Praia de Sangue”.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Silva Jr (1994); Oliveira (2003).

As expedições portuguesas apresentavam, além de uma dimensão securitária, a fim de garantir a soberania portuguesa sobre os territórios roraimenses, também uma dimensão econômica de exploração fundamentada na lógica de acumulação mercantil com base na captura de índios, na salga de peixes na extração de especiarias e produtos exóticos conhecidos como “drogas do sertão” (FARAGE, 1991; TAVARES, 2011).

Neste sentido, o ciclo econômico da captura indígena¹⁰ bem como da exploração da salga da fauna ribeirinha e das drogas do sertão nos territórios próximos do Vale do Rio Branco configurava-se como um desdobramento articulado de um padrão econômico consolidado nas missões do Rio Negro, o qual foi caracterizado pela literatura como ciclo extrativista colonial.

As ocupações das terras roraimenses surgiram por razões estratégicas de natureza securitária e econômica complementares dentro de um contexto europeu de impulso à exploração colonial, razão pela qual a construção portuguesa do Forte de São Joaquim, na confluência dos rios Uraricoera e Tacutu, tornou-se um ponto focal para colonização portuguesa na região.

A construção do Forte São Joaquim foi um marco decisivo na conquista do Rio Branco pelos portugueses. A decisão para construir o Forte, hoje em ruínas, foi tomada para que os portugueses pudessem enfrentar a cobiça internacional e assegurar a soberania de Portugal sobre as terras do vale do Rio Branco, a partir do Forte. Enquanto, os portugueses subiam o rio Branco para ocuparem a região e serem os primeiros colonizadores, por sua vez, os ingleses e holandeses desciam o Rio Branco por meio de incursões oriundas dos territórios atuais da Guyana e Venezuela.

Após o domínio na região, os portugueses reuniram os índios da região e partiram para a criação dos povoados: Senhora da Conceição e Santo Antônio (no rio Uraricoera), São Felipe (no rio Tacutu) e Nossa Senhora do Carmo e Santa Bárbara (no rio Branco), mas como os índios não se sujeitaram às condições impostas pelos portugueses, esses povoados não se desenvolveram e dessa forma permitiram que novas invasões ocorressem (IBGE, 2009).

Com a consolidação do Forte São Joaquim, o surgimento das Fazendas Nacionais e a consequente expulsão dos colonizadores holandeses, ingleses e espanhóis, a dinâmica de desenvolvimento regional exógeno construída pelos portugueses consolidou um padrão de exploração econômica verticalizada pelo uso da força em relação às comunidades tradicionais, ocasionando eventuais

¹⁰ “A inserção do Vale do Rio Branco, assim denominado o recorte espacial que hoje compreende o Estado de Roraima, por ser banhado pelo rio Branco, se processou inicialmente como supridor de mão de obra indígena das demandas de Belém e do Rio Negro (Amazonas), até meados da década de 1770” (SANTOS, 2000, p. 9).

episódios de genocídio indígena¹¹, ou fomentando conflitos entre distintas etnias.

Martinez (2013) exemplifica que até este momento, o território do atual estado de Roraima era utilizado simplesmente para a extração das drogas do sertão e de mão de obra indígena escrava, tendo como destino a cidade de Belém, não existindo por parte da coroa portuguesa nenhum interesse direto em desenvolver a região ou fixar assentamentos permanentes.

Esse padrão de desenvolvimento regional é caracterizado como exógeno uma vez que obedece a uma lógica alienígena de exploração e controle territorial por parte dos portugueses, desestruturando dinâmicas sociais e culturais pré-existentes em detrimento de um padrão de acumulação direcionado para o exterior, Portugal, com capilaridades e vazamentos em outras regiões de exploração colonial na Amazônia, especificamente no Alto Rio Negro, no polo de atração da capitania de São José do Rio Negro, no Grão-Pará e Maranhão ¹² (MEIRELES, 1980).

¹¹ A título de exemplo destaca-se o episódio da Praia de Sangue, em 1781, os índios se revoltaram, abandonaram as aldeias e atacaram uma patrulha militar, matando seus membros e soltando alguns poucos “parentes” que estavam acorrentados e iriam ser remetidos para o Rio Negro. Depois dessa resistência, os índios desertaram todos, à exceção da aldeia do Carmo.

¹² A Capitania de São José do Rio Negro foi uma das quatro capitanias existentes no estado no Grão-Pará e Maranhão, tendo como capital originária a Vila de Mariuá, localizada no atual município de Barcelos, sendo posteriormente transferida para a Cidade da Barra do Rio Negro, posteriormente renomeada como Manaus, sob a responsabilidade do governador Manuel da Gama Lôbo D’Almada.

Embora o primeiro ciclo econômico nos territórios de Roraima tenha se desenvolvido durante o curso do século XVIII, ele pode ser compreendido como funcional no desenvolvimento regional exógeno, tanto, para a consolidação portuguesa na defesa do território setentrional brasileiro em relação às invasões holandesas, inglesas e espanholas, quanto para o abastecimento das missões de projeção colonial portuguesa na Amazônia ao longo do Rio Negro.

Mesmo representando um padrão embrionário de acumulação mercantil, o desenvolvimento da Economia da Salga e das Drogas do Sertão trouxe consigo transbordamentos funcionais para a consolidação da ocupação portuguesa na região e o surgimento de instituições que viriam a repercutir no surgimento de um novo padrão de desenvolvimento exógeno no final do século XVIII, com o amadurecimento de uma dinâmica mercantil a partir de uma criação de uma pecuária nos territórios das Fazendas Nacionais e do Forte São Joaquim.

1.2 Segundo ciclo: Pecuária nos lavrados centrais

Entre meados do século XVII e meados do século XVIII, o padrão de desenvolvimento regional em Roraima fundamentado na salga da pesca e no extrativismo vegetal, passa por uma incremental inflexão em razão do surgimento de um ciclo econômico da pecuária com base em atores externos que se fundamentaram em uma lógica exógena de produção.

Neste incremental processo de inflexão, a dinâmica regional do desenvolvimento migra de um padrão extrativista cuja espacialização territorial era fundamentada na exploração dos rios e dos territórios do sul em função do surgimento de um ciclo da pecuária constituído nos territórios dos campos centrais.

Considerado um território marginal e de ocupação tardia, cuja exploração concentrava-se no Baixo e Médio Rio Branco, o governador da capitania de São José do Rio Negro, Manuel da Gama Lôbo D'Almada, foi o responsável pela introdução da criação de gado nas áreas das Fazendas Nacionais e do Forte São Joaquim, caracterizadas por campos de lavrado.

Devido ao baixo dinamismo acumulatório da atividade mercantil do primeiro ciclo econômico em Roraima, caracterizado pela Economia da Salga e das Drogas do Sertão, o projeto de introdução da criação de gado nos campos do Rio Branco, foi um meio para consolidar a colonização em uma área estratégica para invasões estrangeiras na passagem do século XVIII para o século XIX.

Conforme Oliveira (2003), a ocupação da bacia do Rio Branco pela Coroa de Portugal foi consolidada apenas com a introdução da pecuária no final do século XVIII, momento em que foram fundadas as primeiras fazendas particulares como uma estratégia funcional de desenvolvimento exógeno por parte do programa de exploração comercial executada por Manoel Sá Gama Lobo d'Almada, Governador da Capitania de São José do Rio Negro.

De fato, com o reconhecimento da posse portuguesa na área do Rio Branco, pelo Tratado de Madri (1750), a implantação das fazendas de gado nos campos dessa região atendia um dos programas governamentais do Brasil português de valorização econômica da terra, garantindo-lhe a ocupação, alimento e a defesa.

A efetiva presença portuguesa no Rio Branco se materializa a partir da identificação do direito de posse advindo pelo Tratado de Madri (1750), razão pela qual implantação das fazendas de gado atendia aos interesses estratégicos de natureza geoeconômica e geopolítica da Coroa de Portugal na região, consolidando a colonização por meio um padrão econômico de exploração do território.

O projeto do gado se concretizou com a posse do gado bovino deixado pelos espanhóis expulsos, em 1793, das margens do Rio Solimões, em Tefé, e rebanhos trazidos do nordeste brasileiro, região que vivia dificuldades com a seca. Assim, o Coronel Lobo d'Almada fundou na região uma das primeiras fazendas particulares, denominada São Bento. Seguindo o mesmo modelo, o próprio comandante do Forte São Joaquim, Sá Sarmento, instalou uma fazenda (São Marcos) nas proximidades do Forte. Ao mesmo tempo, um rico morador do Rio Negro, o capitão José Antônio Évora, instalou também uma fazenda denominada São José (OLIVEIRA, 2003, p. 103).

Conforme Oliveira (2003), estas três fazendas particulares constituíram o cenário que facilitaria o desenvolvimento da cultura do gado, contribuindo ainda para o fortalecimento do poderio português. Contudo, esse poder político,

fornecendo aos fazendeiros um poder maior de barganha, não serviu para que obtivessem autonomia financeira, pois dependiam do mercado da Capitania do Rio Negro, de um eficiente transporte fluvial, da mão-de-obra indígena que executava diferentes serviços, de negociações e alianças para obter certo equilíbrio sociocultural entre colonos, religiosos e índios.

Encontram-se registradas com destaques as fazendas do Major Carlos Batista Mardel, português, que fundou, na década de 1820, sete fazendas na região do rio Cauamé, sendo a mais conhecida a de Monte Cristo; Capitão Inácio Lopes de Magalhães, cearense, que em 1830 fundou a primeira fazenda privada, sendo que a fazenda de Nossa Senhora do Carmo é o berço da cidade de Boa Vista, capital do Estado, e que se transformou no centro de coordenação desta ocupação; Capitão Bento Brasil, 1852, fundou inúmeras fazendas; Coronel Mota, paraense, 1865, foi superintendente do município de Boa Vista, por posse em 1890, com a criação do Município de Boa Vista; Cabo Pedro Rodrigues Pereira, último comandante do Forte São Joaquim (1899) fundou as fazendas Baliza, Triunfo e Camarão, além de inúmeros outros militares que se desvincularam da caserna e ficaram em Roraima (SANTOS, 2000, p. 36).

Como a Coroa Portuguesa tinha experiência política e administrativa suficiente para saber que a manutenção do território colonial do vale do Rio Branco, não poderia ficar na dependência da implantação de apenas um forte para garantir sua soberania territorial, houve a introdução da pecuária bovina no vale do rio Branco como uma atividade econômica funcional para o desenvolvimento de frentes de colonização.

Neste contexto, a formação econômica roraimense e a ocupação e exploração das riquezas do Vale do Rio Branco estiveram diretamente relacionadas à ocupação colonial das terras da Região Norte e ao modelo definido pela coroa portuguesa para assegurar a posse do vale do rio Branco, atual Estado de Roraima, o qual encerra longo processo histórico de interação entre indígenas e não-indígenas, entre colonizado e colonizadores (MARTINEZ, 2013).

Embora a atividade pecuária tenha sido implantada no final do século XVIII nos atuais territórios roraimense, o *boom* do ciclo econômico da pecuária somente viria acontecer entre o último quartil do século XIX e o primeiro quartil do século XX, com base em um processo de ocupação de terras indígenas estimulado pelo governo central em que houve uso combinado da força e de expedientes jurídicos a fim de garantir a soberania nacional e o desenvolvimento regional.

Nesta periodização, observa-se que a caracterização deste longo ciclo econômico demonstra que o padrão de desenvolvimento regional estruturou-se por meio de uma dinâmica exógena permeada, tanto, pelo uso de mão de obra indígena, quanto, pela conformação de fluxos migratórios oriundos do norte e nordeste do país nas atividades da cadeia produtiva “dentro” e “fora” da porteira.

O padrão de desenvolvimento regional consolidado pelo crescimento acentuado da pecuária no período de 1880 até 1920 ocorreu não por acaso em um período sincrônico de *boom* da economia gomífera no Amazonas e Pará, o que gerou duas repercussões pelo fato de Roraima ter se tornado no principal fornecedor de carne na região amazônica.

Por um lado, no início do século XX, a difusão da pecuária no Rio Branco já conformava um padrão de desenvolvimento exógeno disfuncional aos interesses das comunidades tradicionais, haja vista que a elite pecuarista tornou-se responsável por expandir suas áreas de criação por meio da expulsão de indígenas de seus territórios originários (VIEIRA, 2012).

Por outro lado, torna-se pertinente destacar que a pecuária extensiva nos campos de lavrado dos atuais territórios roraimenses repercutiu positivamente na garantia da soberania nacional e na consolidação de um processo de colonização em escala, dando origem a vários núcleos urbanos, incluindo-se Boa Vista.

A despeito do dinamismo do ciclo econômico da pecuária ter sido deslocado pelo surgimento de um ciclo de exploração mineral nos territórios roraimenses ao norte, esta atividade consolidou-se como uma rugosidade funcional para explicar as transformações territoriais qualitativas e o surgimento de municípios.

1.3 Terceiro ciclo: Mineração nas serras dos territórios setentrionais

A emergência de um novo ciclo econômico nas terras roraimenses impôs uma nova realocação da espacialização territorial do desenvolvimento regional, o que impactou em um crescente deslocamento dos fluxos humanos dos campos centrais em direção às serras e bacias de rios localizadas em territórios setentrionais.

A expansão da exploração mineral como atividade sincrônica concorrente à atividade pecuária impactou em uma nova realocação regional dos fluxos econômicos e humanos que se caracterizou altamente dinâmica em um ciclo econômico relativamente breve, cuja periodização durou pouco mais de cinco décadas desde o seu surgimento na década de 1930.

A estruturação deste novo ciclo econômico aconteceu espontaneamente e de maneira sincrônica ao fim do dinamismo do Ciclo da Borracha comandado pelo estado do Amazonas, haja vista que impactou negativamente na demanda de carne das terras roraimenses, criando porosidades no dinamismo do econômico da pecuária nos campos centrais e possibilitando a transferência de mão de obra para a atividade garimpeira a partir da década de 1930 (DINIZ; SANTOS, 2005).

A dinamização do ciclo econômico da mineração nas regiões setentrionais roraimenses se estruturou contextualmente atrelada a dois ciclos de longa duração maiores, os quais são respectivamente o ciclo econômico da Borracha na Amazônia Ocidental e o ciclo político de federalização de territórios na Amazônia com o governo Getúlio Vargas.

Por um lado, o surgimento de uma dinâmica expansiva da atividade econômica da mineração de garimpagem em terras roraimenses surgiu em função do desacoplamento econômico destas terras em relação ao estado do Amazonas com o esgotamento do ciclo econômico da pecuária frente à crise do Ciclo da Borracha.

Por outro lado, a expansão da mineração esteve circunscrita dentro da formação de um ciclo político de federalização de territórios na Amazônia, justamente em um contexto que possui, tanto, um início com o Território Federal do Rio Branco - desmembrado do estado do Amazonas em 1943, posteriormente, renomeado Território Federal de Roraima em 1962 – quanto, um fim, com a transformação de Roraima em estado com a Constituição Federal de 1988.

A dinamização do desenvolvimento regional com base no ciclo econômico da mineração entre 1930 e 1980 estruturou-se em torno das atividades da garimpagem de dois bens minerais (diamante e ouro) segundo um padrão evolutivo no qual a exploração diamantífera manifesta seu *boom*

nas décadas de 1950 e 1960 em contraposição à exploração aurífera com altíssima dinamização nos anos de 1980.

Conforme Vieira *et al.* (2007), a regionalização do desenvolvimento roraimense com base no ciclo econômico da mineração trouxe consigo a estruturação de dinamismo em determinados polos setentrionais, como a bacias dos rios Maú, Contingo, Quinô, Suapi e Serra do Tepequém nas décadas de 1950 e 1960, bem como as bacias dos rios Apiaú, Mucajaí, Parima e Uraricoera na década de 1980.

A caracterização do ciclo econômico da mineração de garimpagem nos territórios setentrionais roraimenses traz consigo uma visualização de uma nova dinâmica no desenvolvimento regional que se fundamenta em um campo de poder se estrutura segundo uma lógica exógena às horizontalidades existentes até então.

As atividades de garimpagem trouxeram uma consigo uma revitalização da economia regional roraimense com base em uma clara arregimentação de mão de obra indígena local (SANTILLI, 2000) e de mão de obra migrante de diferentes regiões da Amazônia justamente em um contexto sincrônico do fim do Ciclo da Borracha e cumulativo da própria crise do acoplado ciclo da pecuária roraimense.

As pessoas liberadas pela coleta da borracha, sem alternativas de ganho, foram atraídas pela possibilidade de mineração do ouro e diamante nas áreas montanhosas próximas às fronteiras com a Venezuela e Guiana, seguindo os afluentes do rio Branco em outros rios (SANTOS, 2013, p. 67).

A verticalização de uma dinâmica exógena na estruturação deste novo ciclo se fundamentou em um primeiro momento pela forte corrida migratória em momentos específicos ao longo do ciclo da mineração e posteriormente pela presença estatal na estruturação de infraestrutura rodoviária funcional para o escoamento da produção.

Os eixos logísticos de desenvolvimento regional que já haviam sido os em um primeiro momento, os rios no ciclo econômico da salga e do extrativismo vegetal, ou, em um segundo momento as rotas e caminhos terrestres de origem indígena no ciclo da pecuária (OLIVEIRA, 2003), passam

agora no ciclo da mineração a ser os corredores aéreos e as rodovias federais emergentes.

Em um primeiro plano, as rodovias federais, em especial, a BR 174, trouxeram consigo não apenas um marco de articulação de um sistema de fixos e fluxos fundamentado na produção e escoamento do ciclo econômico da mineração, mas também com o fim do ciclo, as repercussões na ocupação e no surgimento de novas cidades interioranas e no próprio adensamento populacional na capital, Boa Vista (RAPOSO; SENHORAS, 2014).

Em um segundo lugar, os corredores aéreos roraimenses foram multirecortados por aeronaves de pequeno porte que transportavam, tanto, os produtos da mineração, quanto, os trabalhadores do garimpo, o que tornou o aeroporto de Boa Vista em um claro ponto fixo do eixo de integração e desenvolvimento do ciclo a mineração no final da década de 1980, caracterizado como o aeroporto mais movimentado do país em termos de pouso e decolagem (FREITAS, 2000).

Porém, o ciclo econômico da mineração de garimpagem no Território Federal de Roraima teve curta duração, já que a lógica fundamentada em um padrão de acumulação financeira de ganhos rápidos possuía baixa produtividade e baixos encadeamentos produtivos na economia regional, o que repercutiu na falência de inúmeros comércios locais e na formação de massivas migrações forçadas principalmente para a capital Boa Vista diante do surgimento de áreas institucionais federais e o conseqüente fechamento de garimpos em um estado que nasceu com a Constituição de 1988.

O ciclo econômico da mineração de garimpagem nos territórios roraimenses trouxe consigo a difusão de um padrão de doença holandesa¹³ (SENHORAS, 2010), na qual a facilidade da extração de determinados recursos naturais impactou em um baixo grau de encadeamento produtivo endógeno, dada a exógena lógica da acumulação financeira que claramente beneficiou atores fora das regiões mineradoras.

¹³ O termo doença holandesa é compreendido na literatura econômica como o efeito negativo consolidado pela concentração de investimentos e atividades produtivas para a exploração de determinados recursos naturais abundantes, repercutindo assim em um desalinhamento estrutural entre os setores econômicos de um país. Enquanto que no curto prazo se manifesta por um padrão concentrado no setor primário e de crescimento desequilibrado, por sua vez, no longo prazo gera um padrão volátil de crescimento dependente do setor primário, podendo inclusive se manifestar como uma maldição dos recursos naturais quando eventualmente impactar na diminuição da taxa de crescimento econômico agregada (BERMÚDEZ, 2016).

A despeito do ouro e do diamante terem se tornado os principais produtos exportados do Território Federal de Roraima, os garimpos tornaram-se polos disfuncionais no desenvolvimento regional à medida que desarticularam atividades produtivas do meio rural como a pecuária e impactaram em uma especulativa dinâmica inflacionária (SANTOS, 2000).

Com o fim forçado dos garimpos em razão das forças verticais do governo federal para normatizar o surgimento de áreas institucionais de natureza indígena e ambiental, o ciclo econômico da mineração tornou-se implodido por em um tempo por um choque exógeno, o que repercutiu na ausência de estratégias de desenvolvimento regional no estado de Roraima que nasce com a Constituição Federal de 1988 e na consequente dependência estrutural de recursos do próprio governo federal, inaugurando assim o surgimento de um ciclo econômico do contra-cheque.

1.4 Quarto ciclo: A econômica do contra cheque em Roraima

O ciclo econômico do contracheque surge sincronicamente à constituição de Roraima enquanto estado diante da ruptura abrupta do fim do ciclo econômico da mineração em razão de uma reversão da política federal com a Constituição de 1988.

Antes de ser caracterizado como um novo modelo econômico de desenvolvimento, a economia do contracheque do emergente estado de Roraima trata-se de um não modelo econômico que se estrutura como único gatilho do estado e dos municípios roraimenses frente a ausência estratégias de desenvolvimento endógeno ou exógeno.

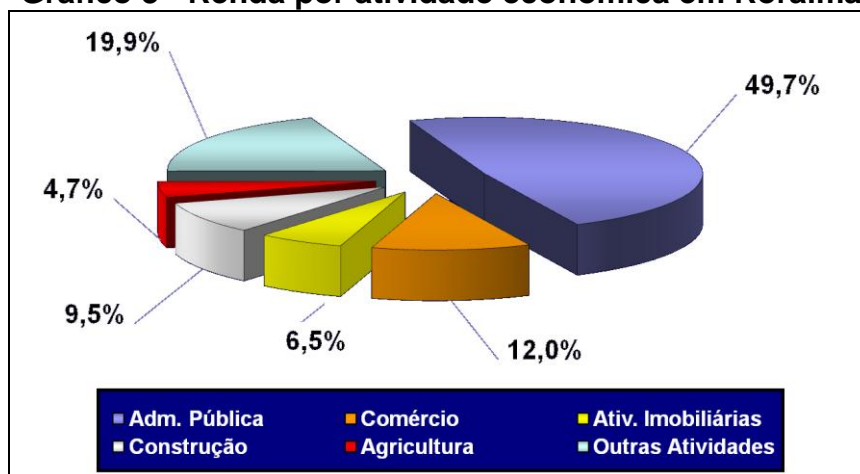
O ciclo da economia do contracheque materializa-se por uma clara dependência do estado e dos municípios roraimenses em relação à União, reproduzindo rugosidades estruturais de uma lógica verticalizada de decisões dos governos centrais à época da colonização e do Brasil monárquico, ou mesmo no período de federalização de territórios da Amazônia.

A evolução da economia do contracheque em Roraima a partir de 1988 pode ser claramente visualizada com a transformação do território em estado, momento no qual começam a surgir uma expansão das transferências federais

centralizadas, ligadas aos Fundos de Participação do Município (FPM) e Fundo de Participação do Estado (FPE).

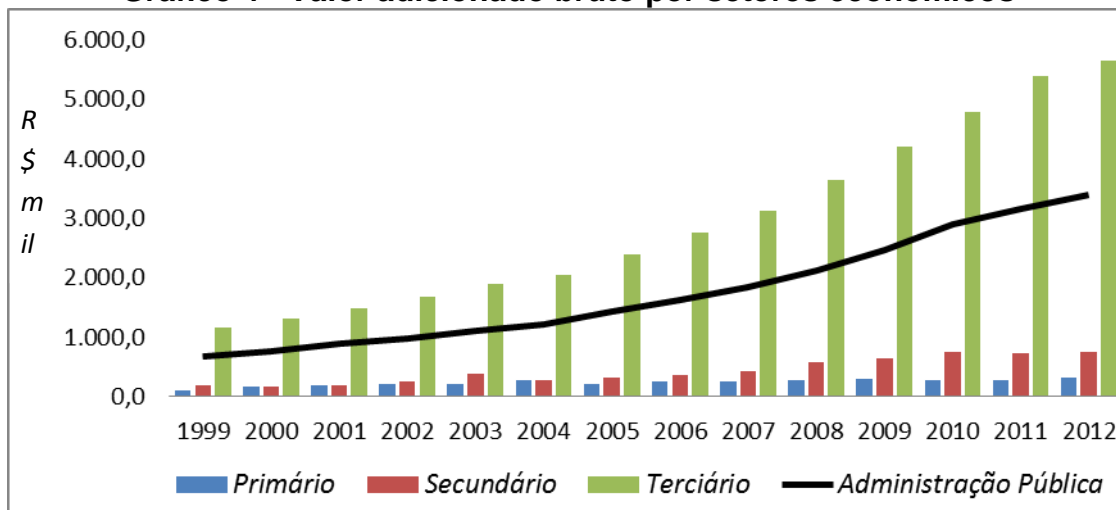
Para melhor entendimento, segundo Amoras (2000) e Senhoras (2011; 2014), o quadro de desenvolvimento regional em Roraima pode ser compreendido por uma assimetria no dinamismo setorial, com uma baixa participação do setor primário e terciário frente à estrutural dependência do setor terciário, no qual o setor público concentra praticamente 50% da formação da riqueza do estado segundo um padrão de rent-seeking, ou de geração de renda improdutiva originada de transferências federais.

Gráfico 3 - Renda por atividade econômica em Roraima



Fonte: Senhoras (2014).

Na formação da renda de Roraima existe uma dependência estrutural das transferências federais. O setor primário tem baixo dinamismo, o setor secundário depende do processo de crescimento da própria urbanização, e o setor terciário também tem um crescimento dependente da expansão urbana, de maneira que ao longo do tempo, o principal componente de renda são as transferências federais, que se materializam na Administração Pública por meio da economia do contracheque.

Gráfico 4 - Valor adicionado bruto por setores econômicos

Fonte: Elaboração própria (MARTINEZ; SILVA NETO; SENHORAS, 2015). Base de dados: CGEES/SEPLAN

Conforme Santos e Senhoras (2014), a inexistência de alternativas de modelos produtivos de desenvolvimento endógeno ou exógeno nos municípios de Roraima tornou-os suscetíveis a uma estrutural dependência financeira exógena, caracterizada pela lógica de uma economia do contracheque que se fundamenta em transferências líquida de recursos federais.

Corroborando com esta análise, Santos Jr (2015) argumenta que o engessamento das áreas fronteiriças e da instalação de reservas institucionais pelo governo federal construiu um padrão de federalismo fundiário que claramente repercutiram no fim abrupto do ciclo econômico da mineração e em uma típica restrição ao uso produtivo da terra, indispensável ao processo de crescimento econômico do Estado, o que tornou a economia do contracheque no único gatilho do desenvolvimento.

Observa-se que o federalismo fundiário implementado em Roraima reforça a incapacidade de se alavancar um padrão de desenvolvimento rural do estado no longo prazo, uma vez que a verticalização normativa de políticas federais fronteiriças, indigenistas e ambientais limita o uso produtivo da terra, o que acaba reforçando uma lógica de desenvolvimento assimétrico, fundamentado concentradamente no setor terciário e destacadamente no setor público por meio de uma economia do contracheque.

A existência de uma longa faixa de fronteira internacional, tanto com a Guiana, quanto com a Venezuela, quando somada às políticas federais de criação de reservas ambientais e indígenas ou mesmo de áreas sob

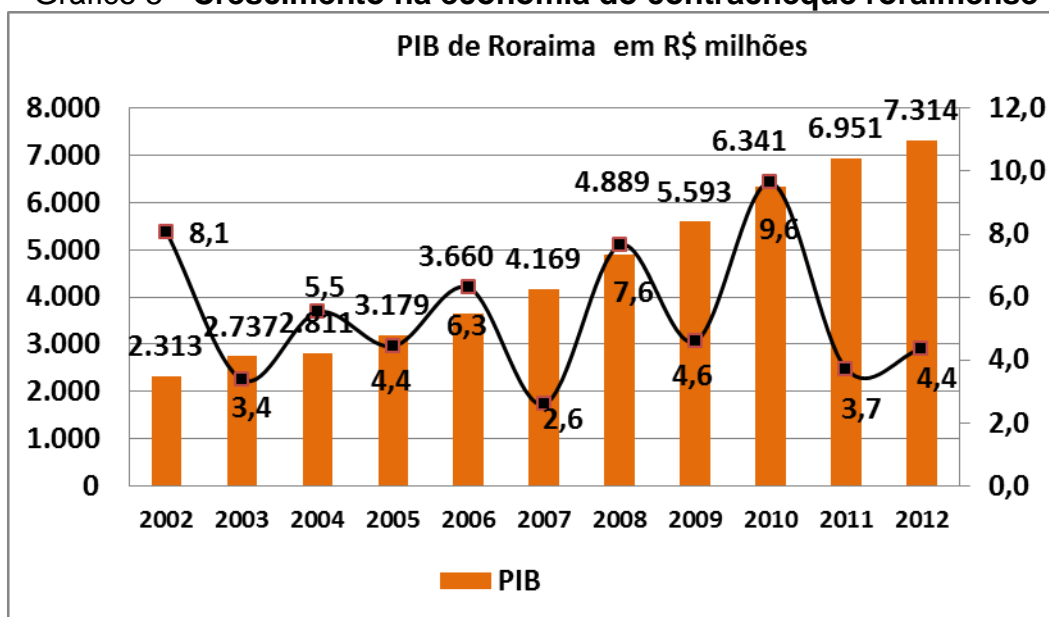
responsabilidade militar, ao longo do tempo, acabaram por transformar Roraima em um dos territórios mais engessados no Brasil, haja vista que o governo estadual tem autonomia para o desenvolvimento de ações sobre pouco mais de 12% do total das terras, sendo que no caso de alguns municípios este indicador é ainda mais assimétrico (SENHORAS, 2011, p. 01).

Fruto de um engessamento institucional que limitou alternativas de desenvolvimento regional, a conformação do ciclo econômico do contracheque como modelo econômico exógeno dependente e insustentável no longo prazo caracteriza-se em sua evolução temporal pelas tendências de volatilidade e dependência pró-cíclica em relação ao desempenho macroeconômico do país.

O PIB roraimense cresceu a taxa de 9,37% anuais entre 1971 e 1998. No recorte temporal de 1971 a 1988, quando Roraima desfrutava do *status* de Território Federal, o PIB se expandiu a taxa de 13,13% anuais. Entre 1989 e 1990, a taxa declinou levemente para 11,49% ao ano, que é a fase de transição de Território Federal para Estado-membro, cuja instalação aconteceu em janeiro de 1991. Já entre 1991 e 1998, o PIB estadual apresentou taxa de crescimento de apenas 0,87% anuais. (AMORAS, 2000, p.11).

A evolução temporal da economia do contracheque demonstra uma insustentabilidade do modelo à medida que o estado e os municípios crescem além de existir uma dependência estrutural pró-cíclica em relação às fontes de receita da União, o que introjeta características de volatilidade de períodos de alto e baixo crescimento econômico.

Gráfico 5 - Crescimento na economia do contracheque roraimense



Fonte: Elaboração própria (MARTINEZ; SILVA NETO; SENHORAS, 2015). Base: SEPLAN

O que caracteriza a insustentabilidade do ciclo da economia do contra cheque é fato dele se materializar como um padrão de desenvolvimento claramente exógeno, no qual a geração de recursos e divisas se faz dependente de um federalismo fiscal¹⁴, na transferência de recursos federais para o estado e municípios, uma vez que no pacto federativo brasileiro, estes possuem baixíssima capacidade de geração de receitas em contraposição à concentração de receitas tributárias por parte da União.

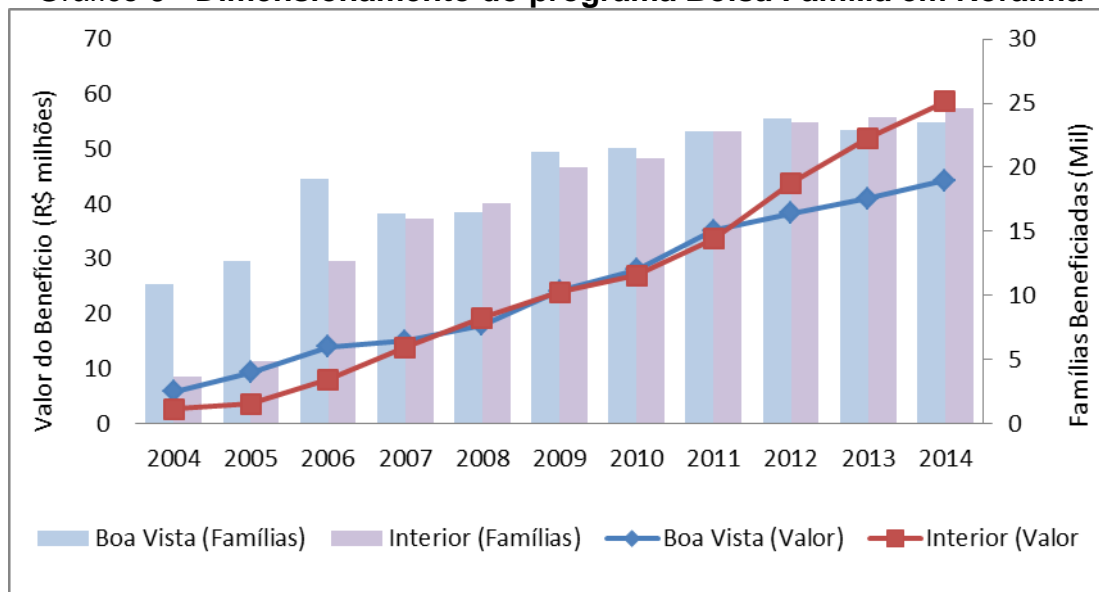
A economia do contra cheque pode ser identificada em Roraima por meio de um duplo padrão alicerçado na dependência exógena em relação, tanto, a transferências centralizadas recebidas pelos estados e municípios (FPM e FPE), quanto, a transferências federais descentralizadas por meio de programas de previdência social, bem como de assistência social, como o Bolsa Família.

Por um lado, as transferências federais centralizadas representam todos os recursos orçamentários da União que são transferências diretamente aos entes federativos descentralizados em Roraima por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPME) e do Fundo de Participação do Estado (FPE).

Por outro lado, as transferências federais descentralizadas representam uma tipologia de transferência de recursos da União que chega ao estado de Roraima, mas não vai para a estrutura de estado e/ou para os municípios, mas antes é direcionado diretamente para as famílias roraimenses por meio dos programas sociais da Previdência e do Bolsa Família.

¹⁴ Conforme Senhoras (2015), o federalismo fiscal brasileiro é caracterizado por uma assimétrica relação tributária entre os entes participantes do pacto federativo, na qual a União praticamente detém o monopólio tributário, restando aos estados como fonte de receita, apenas o ICMS e IPVA e aos municípios o ISS e IPTU, o que repercute em uma estrutural dependência dos recentes estados, identificados como ex-Territórios, e, de praticamente 2/3 dos 5 561 municípios brasileiros.

Gráfico 6 - Dimensionamento do programa Bolsa Família em Roraima

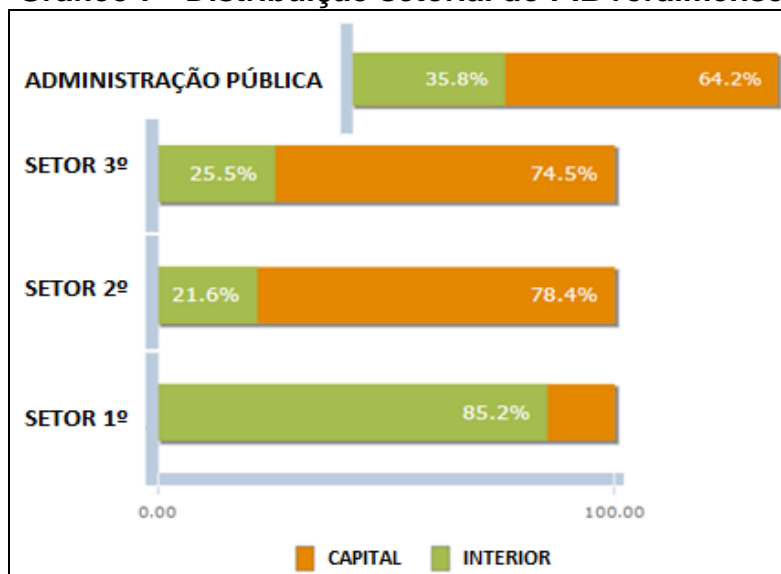


Fonte: Elaboração própria (MARTINEZ; SILVA NETO; SENHORAS, 2015). Base de dados: CGEES/SEPLAN

Quando se analisa o impacto das transferências federais nos distintos municípios roraimenses, observa-se uma clara dependência transversal em todos eles, embora, haja uma acentuada distinção nos municípios do interior em que o papel das transferências federais descentralizadas se tornou maior em relação às transferências federais centralizadas.

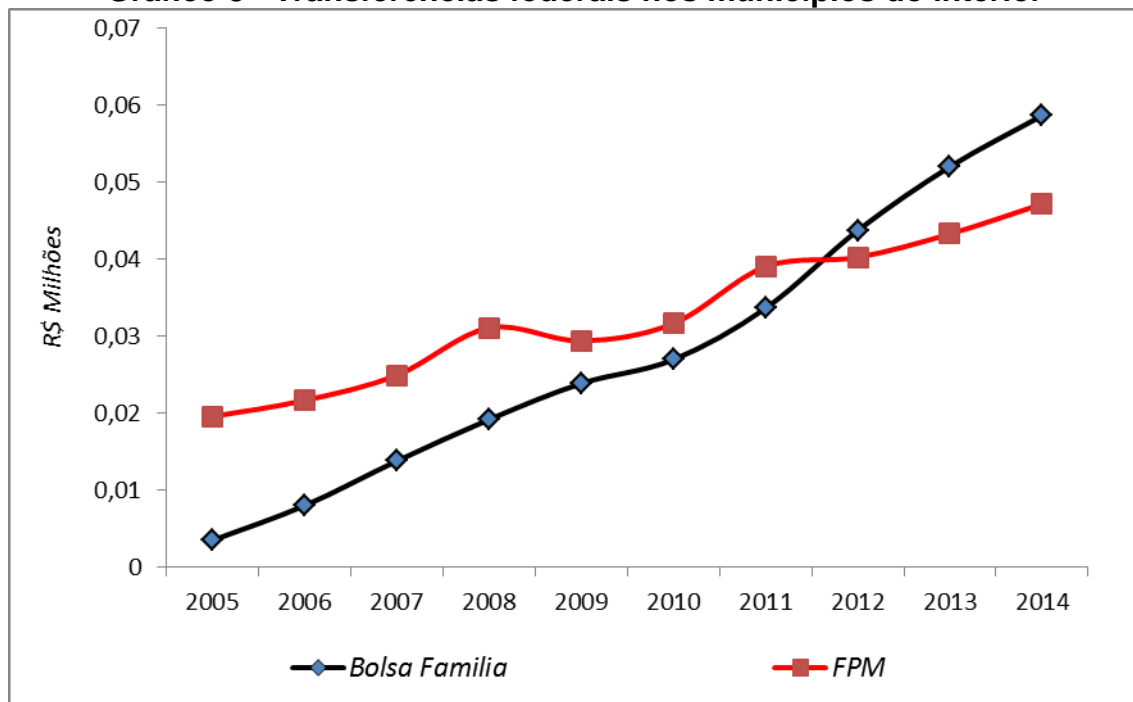
Em um primeiro plano, registra-se que as transferências federais centralizadas e descentralizadas conformam um ciclo econômico do contracheque que em termos absolutos tem uma maior concentração absoluta dos recursos monetários advindos da União na capital Boa Vista, devido à concentração de praticamente 2/3 da população estadual, muito embora, em termos relativos tenha maior impacto no desenvolvimento socioeconômico dos 14 municípios do interior que na média possuem uma população relativamente pequena e de predominância rural.

Em segundo lugar, observa-se que na dinâmica da economia do contracheque, a dependência dos municípios do interior em relação à Administração Pública, e, portanto das transferências federais, é maior do que a capital Boa Vista, já que este município possui uma franca expansão urbana do setor de serviços, com conseqüente produção de receitas em termos de ISS e IPTU (gráfico 7).

Gráfico 7 - Distribuição setorial do PIB roraimense

Fonte: Senhoras (2014).

Em um quarto plano, derivada da primeira apreensão da maior dependência estrutural da economia do contracheque por parte dos municípios do interior de Roraima, em relação à capital Boa Vista, observa-se sob a ótica da renda agregada que o impacto das transferências federais é muito superior ao estimado papel da Administração Pública, quando captado sob a ótica do produto agregado, uma vez que as transferências descentralizadas (Bolsa Família e Previdência Social) entregues diretamente às famílias são superiores ao volume do FPM (gráfico 8).

Gráfico 8 - Transferências federais nos municípios do interior

Fonte: Elaboração própria (MARTINEZ; SILVA NETO; SENHORAS, 2015). Base de dados: CGEES/SEPLAN

Em um quinto plano, a identificação de sustentabilidade socioeconômica dos quatorze municípios interioranos em Roraima acontece em função, seja, de renda obtida no setor primário, já que apresentam populações com predominante residência no perímetro rural, seja, de renda obtida por meio da economia do contracheque, principalmente oriunda de transferências descentralizadas de bolsa família e previdência e marginalmente de rendimentos de trabalho da própria Administração Pública local.

Com base nestas discussões, observa-se que em um estado em que a taxa de crescimento vegetativo é aberta, com expansão populacional derivada, tanto, de novos filhos, quanto, de imigrações oriundas de outros estados, existe uma natural armadilha ao crescimento econômico em especial nos municípios do interior com pequena população urbana e baixa dinamização dos setores secundário e terciário.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

A polissemia existente na palavra desenvolvimento foi explorada na presente dissertação a partir de uma leitura evolutiva e de uma caracterização do campo científico de estudos em Desenvolvimento Regional como recurso instrumental para o estudo da realidade histórica de Roraima, focalizando nos ciclos políticos e econômicos de desenvolvimento regional um espectro elástico quanto à periodização histórica e a geográfica espacialização regional.

Estruturada com base em uma lógica dedutiva, a pesquisa apresentou marcos de abstração teórica no primeiro capítulo findando subsidiar com o estado da arte na área, as análises empíricas sobre os ciclos políticos e econômicos de desenvolvimento regional na longa duração, respectivamente no segundo e terceiro capítulo.

No capítulo 1, a dissertação abordou o campo científico de Desenvolvimento Regional por meio de, tanto, uma caracterização de sua evolução internacional com base em uma revisão bibliográfica, quanto do mapeamento dos enfoques presentes cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil e em Roraima por meio de uma revisão integrativa de informações sobre publicações e perfil dos docentes e discentes a fim de identificar as diretrizes mais adequadas de teorização em desenvolvimento regional para serem utilizadas em Roraima como objeto de estudo.

Na evolução internacional do campo de Desenvolvimento Regional, o movimento pendular entre o paradigma intervencionista keynesiano (1950 a 1970) em direção ao paradigma liberal (1980-199) foi o responsável por consolidar dois padrões claros de teorização em desenvolvimento regional, tanto, de natureza exógena em função de leituras predominantemente economicistas, quanto, de natureza endógena em razão das leituras humanísticas.

De um lado, o desenvolvimento regional exógeno é apreendido por marcos de teorização que valorizam a macroanálise de processos funcionalistas e tecnocratas em que o Estado tem um papel estratégico de intervenção na conformação de encadeamentos produtivos por meio de uma agenda de planejamento regional que se manifesta em estratégias de geração

de efeitos de arrasto por meio da implantação de determinados polos ou bases econômicas dinâmicas.

De outro lado, o desenvolvimento regional endógeno é entendido a partir de leituras humanísticas por meio de marcos de teorização que valorizam a ótica microespacial e neoinstitucional a fim de demonstrarem que as variáveis endógenas a uma região, como a história, a cultura, o capital social, o capital humano e as instituições importam na abertura ou fechamento de janelas de oportunidade no processo de desenvolvimento regional, uma vez que elas possuem capacidade de gerar a articulação de interesses dentro de determinadas escalas de aglomeração.

É com base nas leituras internacionais de desenvolvimento regional exógeno, estruturadas principalmente entre 1950 e 1970, e, de desenvolvimento exógeno, nas décadas de 1980 e 1990, que a comunidade científica brasileira construiu uma análise sintética de forte influência nos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Desenvolvimento Regional nas décadas de 2000 e 2010, principalmente naqueles cursos credenciados na área de Planejamento Urbano e Regional, incluído o próprio Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia (PPG-DRA) da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

Fundamentando-se na revisão bibliográfica dos enfoques predominantes de desenvolvimento regional no exterior e na revisão integrativa no Brasil e em Roraima, a dissertação demonstrou a relevância de se utilizar combinadamente, tanto, os enfoques político e econômico, quanto, os enfoques histórico e geográfico, na análise dos ciclos de desenvolvimento regional em Roraima, razão pela qual houve uma caracterização da elasticidade da escala regional no estado por meio de concepções regionalização intranacional e internacional, bem como, a sistematização dos marcos de teorização mais adequados para estudá-los.

No capítulo 2, a pesquisa abordou os ciclos políticos de desenvolvimento regional em Roraima por meio de uma análise influenciada pelas contribuições clássicas da sociologia e da historiografia brasileira, ao identificar a existência de uma força profunda estrutural de dinamização política alienígena que se materializa por meio de diferentes elites exógenas e repercutem na cristalização de uma cultura política permeada por características consolidadas

ao longo de três padrões incrementais de funcionamento político nas terras roraimenses.

O primeiro ciclo político é identificado na pesquisa pelo padrão de funcionamento do sistema político com base em uma dinâmica patrimonialista, a qual se estruturou por meio da conformação de uma elite política nos territórios roraimenses entre os séculos XVII e XIV, composta por um corpo de funcionários exógenos à própria região que representavam o Estado Português na garantia da soberania territorial, mas que possuíam alta discricionariedade para atingirem seus próprios interesses de maneira personalista e mandonista, o que repercutiu na consolidação de uma cultura política patrimonialista onde os interesses privados e públicos se confundem segundo o critério das elites políticas.

A dinâmica do ciclo do patrimonialismo político, originado pela centralização política da Coroa Portuguesa durante o processo de colonização dos territórios ao longo do Vale do Rio São Francisco e dos campos centrais, acabou sendo muito facilmente transplantado e reproduzido de maneira ampliada, com a constituição do Brasil independente, para as mãos de novas elites políticas exógenas, oriundas do Amazonas, justamente em um momento sincrônico de descentralização política no contexto de difusão nacional do paradigma liberal entre o período inicial da Monarquia (1822) e o período final da República das Oligarquias (1930), o que repercutiu na consolidação de um sistema político coronelista nos territórios rurais roraimense, o qual que era assentado em relações político-sociais de compadrio ao redor de uma elite política oligárquica e patriarcal.

O segundo ciclo político nos territórios roraimenses, identificado pelo padrão de clientelismo político, surge apenas com a consolidação de um paradigma Nacional-Desenvolvimentista de centralização política e administrativa no país e com a conformação de uma lógica de desenvolvimento regional para a Amazônia no contexto da II Guerra Mundial, quando a partir da década de 1940, surge uma federalização de territórios na Amazônia por parte da União, que repercutiu na formação, tanto, do Território Federal do Rio Branco, posteriormente renomeado de Território Federal de Roraima, quanto, de uma nova elite política exógena de natureza burocrática, migrante e urbana,

indicada pelo presidente da República e que se estruturou com base em relações de diferentes interesses clientelistas na capital, Boa Vista.

O terceiro ciclo político de desenvolvimento regional nas terras roraimense surge de uma evolução incremental em relação à cultura política cristalizada pelos ciclos políticos anteriores, justamente no período de transformação do Território Federal de Roraima em estado, o que repercutiu em um processo de hibridação política fundamentada nos *inputs* de um padrão de desenvolvimento político exógeno que combina as relações coronelistas predominantemente nos municípios rurais do interior do estado e as relações clientelistas na capital urbanizada de Boa Vista, bem como nos *outputs* de vícios políticos tradicionais e modernos consubstanciados pela continuidade do patrimonialismo, do personalismo e do oportunismo político.

No capítulo 3, a dissertação abordou os ciclos econômicos de desenvolvimento regional nos territórios roraimenses por meio de uma análise influenciada pelas contribuições clássicas da historiografia econômica de Celso Furtado no sentido de apreender os atores, as atividades econômicas e as regiões que estruturaram padrões específicos de acumulação econômica ao longo de quatro periodizações.

O primeiro ciclo econômico identificado no estudo foi engendrado pelos colonizadores europeus e mais destacadamente os portugueses na região que hoje é conhecida pelos atuais territórios de Roraima ao longo dos séculos XVII e XVIII, caracterizando-se pela construção de um modelo de economia do aprisionamento indígena, da salga e das drogas do sertão, cuja lógica exógena de desenvolvimento se manifestou por um padrão de exploração por espoliação dos recursos no centro de dinamização econômica circunscrito espacialmente delimitado pelas áreas próximas ao eixo de integração e desenvolvimento regional do vale do Rio Branco.

O segundo ciclo econômico discutido na pesquisa foi estruturado pelo modelo econômico de exploração da pecuária entre o final do século XVIII e início do século XX, o qual passou por diferentes fases incrementais com a presença de diferentes atores exógenos explorando o padrão de desenvolvimento com base em uma fundamentação alienígena, cujos mercados de demanda eram externos aos territórios explorados. Em um primeiro momento, os colonizadores introduziram o gado nas áreas das

Fazendas Nacionais e do Forte Joaquim a fim de consolidarem a soberania territorial da região e abastecerem as frentes de colonização ao longo do Rio Negro. Em um segundo momento, as elites do Amazonas expandiram as áreas de pastagem do gado para regiões centrais dos campos roraimenses, mais distantes em relação ao Vale do Rio Branco, o que repercutiu na expulsão e deslocamento populacional das comunidades tradicionais indígenas e na conformação de uma dinamização econômica atrelada sincronicamente ao sistema de demanda oriundo do *boom* do Ciclo da Borracha.

O terceiro ciclo econômico de longa duração apresentado na pesquisa foi identificado pelo modelo econômico de exploração da atividade de mineração de garimpo de diamante e de ouro que impactou em uma nova espacialização regional dinâmica, localizada nas serras dos territórios setentrionais em uma periodização que se inicia na década de 1930 e termina de maneira abrupta pela força vertical da normatização federal no final da década de 1980 em um momento sincrônico ligado à transformação do Território Federal em Estado de Roraima.

O quarto ciclo econômico que se estrutura como o modelo econômico mais dinâmico no estado Roraima entre a década de 1990 e 2000 é identificado pela economia do contra cheque, o qual se caracteriza como um não modelo econômico à medida que fundamenta a ausência de outros modelos econômicos autônomos endógenos, dadas as características, tanto, do federalismo fiscal que embute em Roraima uma altíssima dependência das transferências federais, em especial nos municípios do interior, quanto, do federalismo fundiário que limita o uso produtivo da terra pelo setor primário, comprometendo assim encadeamentos na cadeia produtiva para frente junto aos setores secundário e terciário.

Com base nas discussões apresentadas nos diferentes capítulos da dissertação, aponta-se como resultados e conclusões da pesquisa o entendimento de que o desenvolvimento regional em Roraima manifesta características estruturais de longa duração desde a periodização que se inicia pelo processo de colonização portuguesa no século XVII até a sua transformação em estado no final do século XX, as quais são identificadas pela predominância de um padrão de desenvolvimento exógeno comandado por forças verticais que se manifestam de maneira alienígena em um sentido de

fora para dentro, a despeito de terem existido ciclos específicos de materialização dos campos de poder político e de acumulação econômica.

Para se pensar os caminhos para o desenvolvimento regional futuro do estado de Roraima, faz-se necessário tomar como referência os marcos estruturais consolidados transversalmente no tempo a partir da repetição de diferentes modelos de desenvolvimento exógeno, a fim de identificar a eventual possibilidade de conformação de novos ciclos políticos e econômicos, uma vez que contraditoriamente, as características e as forças exógenas que dinamizam os atuais ciclos de hibridação política e de economia do contra cheque, como o padrão de federalismo fiscal e de federalismo fundiário, também são limitantes ao próprio avanço dos raios de manobra.

Neste sentido, a presente dissertação caracteriza-se apenas como um ponta pé inicial para se refletir a qualificação do desenvolvimento regional em Roraima, uma vez que a análise se prontificou apenas por estudar os ciclos econômicos e políticos de longa duração, findando caracterizá-los em termos de continuidades estruturais e de mudanças conjunturais quanto às forças, aos atores e aos espaços regionais dinâmicos, o que poderá servir de suporte para eventuais outras pesquisas que tenham por objetivo alçarem voos mais ousados.

Uma agenda de pesquisa futura que tome como referência as discussões apresentadas nesta dissertação poderia se estruturar com base na identificação prospectiva de eixos de aprofundamento temático de algum dos capítulos apresentados ou de ampliação do escopo da análise multidisciplinar em desenvolvimento regional, razão pela qual são apontadas algumas sugestões de estudos:

1. Ampliar a compreensão sobre o campo científico de Desenvolvimento Regional no Brasil com base em um estudo bibliométrico das publicações produzidas nas décadas de 2000 e 2010;
2. Analisar e sintetizar os marcos genéricos de teorização sobre Desenvolvimento Regional com base nos enfoques de Administração e Ciências Ambientais, dado o volume acentuado de pesquisas no Brasil com estes enfoques;

3. Analisar as contribuições científicas produzidas pelo Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe, bem como dos programas de pós-graduação a fim e qualificar as diferentes percepções e enfoque sobre o desenvolvimento regional roraimense;
4. Analisar o impacto dos fenômenos do federalismo fiscal e do federalismo no raio de manobra de desenvolvimento regional de Roraima ou comparativamente em relação a outros estados da Amazônia;
5. Analisar os impactos positivos e negativos da cultura política e da economia do contra cheque por meio de estudos de casos específicos construídos para cada um dos municípios do estado de Roraima.

Observa-se nesta agenda prospectiva para futuras outras pesquisas, que o campo científico de Desenvolvimento Regional é caracterizado pela presença de uma leitura multidisciplinar muito rica para a análise empírica os fenômenos, razão pela qual está em franco processo de expansão no país, sendo que no caso de Roraima, a presente dissertação vem corroborar com os esforços para apresentar o estado como um laboratório complexo e muito específico onde se materializaram historicamente e continuam se materializando diferentes estratégias de desenvolvimento regional mesmo persistindo forças estruturais de longa duração.

Conclui-se com base nestas discussões que as transformações econômicas e políticas existentes nos territórios roraimenses desde a colonização até a transformação em estado representam, tanto, marcos de inflexão em determinados padrões de caracterização dos modelos de dinamização política e econômica, quanto, mudanças nas elites e nas escalas espaciais de materialização do desenvolvimento regional, não obstante persista uma força profunda de longa duração estrutural do desenvolvimento regional que sistematicamente se projeta de maneira exógena, transversalmente recriando padrões de dependência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A) LIVROS

- BRAUDEL, F. **La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II**. Paris: Armand Colin, 1949.
- BUCHANAN, J. M.; TOLLISON, R. D.; TULLOCK, G. (eds.). **Toward a theory of the rent-seeking society**. College Station: Texas A & M University Press, 1980.
- BUENO DE MESQUITA, B.; SMITH, A.; SIVERSON, R. M.; MORROW, J. D. **The Logic of Political Survival**. Cambridge: The MIT Press, 2003.
- CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estrategias para entrar y salir de la modernidad**. Buenos Aires: Edición Sudamericana, 1995.
- CARDOSO, F. H.; FALLETO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1967.
- CORNES, R.; SANDLER, T. **The Theory of Externalities, Public Goods, and Club Goods**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- FAORO, R. **Os Donos do Poder - Formação do Patronato Político Brasileiro**. São Paulo: Editora Globo, 1958.
- FARAGE, N. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991.
- FREITAS, A. **Geografia e História de Roraima**. Boa Vista: Editora DLM, 2000.
- FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Global Editora, 1933.
- FUJITA, M.; KRUGMAN, P.; VENABLES, A. J. **The spatial economy: cities, regions, and international trade**. Massachusetts: The MIT Press, 1999.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- GRYNSZPAN, M. **Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

- HAAS, E. B. **The uniting of Europe: Political, Social and Economic Forces, 1950-1957**. Stanford: Stanford University Press, 1958.
- HOLANDA. S. B. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1936.
- ISA – Instituto Socioambiental. **Diversidade Socioambiental de Roraima**. São Paulo: ISA, 2012.
- LEAL, V. N. **Coronelismo, Enxada e Voto**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1948.
- LINS, C. **Amazônia: as raízes do atraso**. Rio de Janeiro: Daudt Design Editora, 2012.
- MEIRELES, M. M. **História do Maranhão**. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1980.
- MOSCA, G.. **História das doutrinas políticas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- MYRDAL, G. **Economic Theory and Underdeveloped Regions**. London: University Paperbacks, 1957.
- NORTH, D. **Institutions, Institutional Change and Economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- OLIVEIRA VIANNA, F. **Instituições Políticas Brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1949.
- PREBISCH, R. **El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas**. Santiago: CEPAL, 1949.
- SANTILLI, P. **Pemongon patá: Território Macuxi, rotas de conflito**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- SANTOS, N. P. D. **Política e poder na Amazônia: O caso de Roraima (1970-2000)**. Boa Vista: Editora UFRR, 2013.
- SILVA Jr, T. A. **Roraima - O Brasil do Hemisfério Norte**. Boa Vista: AMBTEC, 1994.
- SIMONSEN, M. H. **Inflação: Gradualismo X Tratamento de Choque**. Brasília: UNB, 1970.

B) PERIÓDICOS E JORNAIS

- AKAMATSU, K. "A historical pattern of economic growth in developing countries". **Journal of Developing Economies**, vol. 1, n. 1, 1962.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. "Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica". **Revista de Economia Política**, vol. 29, n. 2, 2009.
- CAMPANTE, R. G. "O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira". **Revista Dados**, vol. 46, n. 1, 2003.
- CARVALHO, J. M. "Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual". **Revista Dados**, vol. 40, n. 2, 1997.
- DINIZ, A. M. A.; SANTOS, R. O. "O vertiginoso crescimento populacional de Roraima e seus impactos socioambientais". **Caderno de Geografia**, vol. 15, n. 25, 2005.
- GAMA, A. "Governadora de RR dá cargos a 19 parentes, que custarão R\$ 398 mil por mês". **Portal Uol Notícias** [07/01/2015]. Disponível em www.noticias.uol.com.br>. Acessado em 12/03/2015.
- KONDRATIEFF, N. D. "The long waves in economic life". **The Review of Economic Statistics**, vol. 7, n. 6, 1935.
- MAIESKI, E.; SENHORAS, E. M.; TREVISAN, R. "Dinâmica fronteiriça no arco norte brasileiro no contexto das Áreas de Livre Comércio". **Cadernos de Finanças Públicas**, vol. 12, 2013.
- NORTH, D. "Location theory an regional economic growth". **Journal of Political Economy**, vol. 63, n. 3, 1955.
- OLIVEIRA, R. G. "O Holandeses na Amazônia Caribenha Colonial: dos Caminhos Históricos aos processos das Relações Internacionais". **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, 2011.
- PERROUX, F. "Economic space: theory and applications". **Quaterly Journal of Economics**, vol. 64, n. 1, 1950.
- RAMOS, R. "Roraima: do pára-queda político ao clientelismo". **Revista Textos e Debates**, vol. 1, n. 5, 1999.
- RAPOSO, T. J. N.; SENHORAS, E. M. "As forças de horizontalidades e verticalidades na (re)produção do espaço da cidade de Pacaraima". **Anais do I Encontro Roraimense de Geografia**. Boa Vista: UFRR, 2014.

- SANTOS, S. S.; SENHORAS, E. M. “Cooperativismo e desenvolvimento local: uma avaliação das cooperativas intermunicipais de passageiros no estado de Roraima”. **Cadernos Gestão Social**, vol. 5, n. 2, 2014.
- SENHORAS, E. M. “Políticas Públicas nos Anos Noventa: Um Ensaio sobre as Causas e Implicações da Crise do Estado Brasileiro de Bem-Estar Social”. **Revista Oikos**, vol. 2, n. 2, 2003.
- SENHORAS, E. M. “Dinâmica política em Roraima”. **Folha de Boa Vista**, ano 34, n. 5572, 05 de abril, 2010a.
- SENHORAS, E. M. “Roraima celebrando duas décadas de uma armadilha de crescimento”. **Jornal Folha de Boa Vista**, 19 de outubro, 2011. Disponível em: <www.works.bepress.com/eloi>. Acesso em 10/10/2015.
- SENHORAS, E. M. “A Episteme da Geografia das Relações Internacionais”. **Revista Intellector**, vol. XI, janeiro, 2015.
- SENHORAS, E. M.; CAVALCANTE, J. S. “Turismo e os padrões de desenvolvimento endógeno e exógeno”. **Revista Turismo y Desarrollo**, vol. 7, n. 17, 2014.
- TAVARES, M. G. C. “A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI”. **Revista GEOUSP - Espaço e Tempo**, n. 29, edição especial, 2011.
- VALÉRIO, L.; SENHORAS, E. M. “Renovação política é aparente”. **Jornal Monte Roraima**, 02, fevereiro, 2011. Disponível em: <www.works.bepress.com/eloi>. Acesso em 11/12/2015.
- VIEIRA, J. C. “Resenha do livro História Geral de Roraima”. **Revista Texto e Debates**, vol. 1, n. 18, 2012.
- VIEIRA, M. G *et al.* “Plano de gestão comunitária do turismo - Serra do Tepequém”. **Revista Norte Científico**, vol. 2, n.1, 2007.

C) TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

- ANJOS, J. N. S. **Desenvolvimento regional da Área de Livre Comércio de Boa Vista e suas implicações socioespaciais a partir de um estudo geoestratégico**. Dissertação de mestrado. Boa Vista: UFRR, 2014.

- BEMÚDEZ, L. R. R. **Direito de propriedade da terra e desenvolvimento regional: um enfoque institucional da região colombiana de Altillanura**. Dissertação de mestrado. Boa Vista: UFRR, 2016.
- CRUZ, R.O.M. **Uma proposta de estrutura governamental para regular as relações contratuais multilaterais no investimento em infraestrutura de transportes**. Tese de doutorado. Brasília: UNB, 2013.
- FERREIRA, M. A. A. **Comércio formiga fronteiriço entre Venezuela e Brasil**. Dissertação de mestrado. Boa Vista: UFRR, 2015.
- FURLAN, R. C. **As transferências de domicílio eleitoral em Roraima e a interferência nas eleições municipais de 2004, 2008 e 2012**. Tese de doutorado. Boa Vista: UFRGS, 2014.
- LOBO, M.R. **Formação e Reorganização dos Grupos Políticos do Estado de Roraima: de 1943 a 1988**. Dissertação de mestrado. Boa Vista: UFRR, 2014.
- MARTINEZ, F. R. **O Crescimento Econômico de Normandia, Uiramutã e Pacaraima no período de 1999 a 2011**. Dissertação de mestrado. Boa Vista: UFRR, 2014.
- NOGUEIRA, E. P. S. **O governo de Ottomar de Sousa Pinto (1991-1994): um caso de populismo?** Monografia de graduação. Boa Vista: UFRR, 2014.
- OLIVEIRA, R. G. **A Herança e os Descaminhos na Formação do Estado de Roraima**. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2003.
- RAPOSO, T. J. N. **A (re)produção do espaço urbano no município de Pacaraima (1995-2013)**. Dissertação de mestrado. Boa Vista: UFRR, 2015.
- RIKILS, V. S. S. **Estudo de viabilidade de um consórcio intermunicipal de resíduos sólidos urbanos na Região do Sul do Estado de Roraima**. Dissertação de mestrado. Lajeado: UNIVATES, 2015.
- SANTOS, H. E. A. **Fatores de crescimento de Roraima 1970/1998**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- SANTOS Jr. E. B. **A questão fundiária em Roraima à luz da análise de políticas públicas**. Dissertação de mestrado. Boa Vista: UFRR, 2015.
- SENHORAS, E. M. **Uma agenda de estudos sobre a regionalização transnacional na América do Sul**. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 2010.

- SILVA, A. B. **Geopolítica na fronteira norte do Brasil: o papel das forças armadas nas transformações sócio-espaciais do estado de Roraima.** Tese de doutorado. Boa Vista: USP, 2007.
- SOUZA CRUZ, G. A. **Roraima: Laboratório de Experiência dos Regimes Internacionais de Meio Ambiente e Direitos Humanos na Amazônia Legal.** Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2015.
- VIEIRA, J. G. **Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima: A disputa pela terra 1777 a 1980.** Boa Vista: Editora da UFRR, 2014.

D) ESTATÍSTICAS, ANAIS DE CONGRESSO E OUTROS DOCUMENTOS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acessado em 17/03/2015.
- BRASIL. **Lei Federal 1.806, de 06, de janeiro de 1953.** Rio de Janeiro: Senado Federal, 1953. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acessado em 11/12/2015.
- BRASIL. **Lei Federal 5.173 de 27 de outubro de 1966.** Brasília: Planalto, 1966. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acessado em 11/12/2015.
- BRASIL. Decreto-Lei 288, de 28 de fevereiro de 1967. Brasília: Planalto, 1967. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acessado em 11/12/2015.
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plataforma Sucupira.** Disponível em <www.sucupira.capes.gov.br>. Acessado em 20/11/2015.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Uso da Terra e a Gestão do Território no Estado de Roraima.** Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acessado em 13/09/2015.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <www.censo2010.ibge.gov.br>. Acessado em 13/09/2015.
- MARTINEZ, F. R.; SILVA NETO, T. A.; SENHORAS, E. M. **Arquivo de gráficos sobre desenvolvimento regional em Roraima.** Boa Vista: NECAR-UFRR, 2015 (DVD-ROM).

- NECAR – Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe. **Projeto do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia**. Boa Vista: UFRR, 2011.
- SENHORAS, E. M. “A regionalização transnacional na América do Sul e a institucionalização diplomática da UNASUL”. **Anais do V Congresso Latino Americano de Ciência Política**. Buenos Aires: ALACIP, 2010.
- SENHORAS, E. M. **Desenvolvimento regional: perspectivas de crescimento em Roraima**. Palestra proferida no dia do economista. Boa Vista: CORECON, 2014. Disponível em: <www.works.bepress.com/eloi>. Acessado em 12/06/2015.
- SENHORAS, E. M. **Entrevista sobre desenvolvimento regional em Roraima concedida ao pesquisador Tércio Araújo da Silva Neto** [11/08/2015]. Boa Vista: NECAR-UFRR, 2015 (transcrição).
- SILVA, M. A. “Eleição de dirigentes de escolas da educação básica no Rio Grande do Norte (2005): o papel do diretor”. **Anais do 25º Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação**. São Paulo: ANPAE, 2011.
- SOUZA, C. M. “Os ecos da modernidade no norte do Brasil: Boa Vista/RR na década de 1950”. **Anais do X Encontro Nacional de História Oral**. Recife: UFPE, 2010.
- TSE – Tribunal Superior Eleitoral. “Eleições”. **Portal Eletrônico do TSE**. Brasília: TSE, 2015. Disponível em <www.tse.jus.br>. Acessado em 03/05/2015.

